

# PARÁ Industrial

DEZEMBRO 2013 • ANO 6 • EDIÇÃO ESPECIAL



## OS MELHORES DO PARÁ

PRÊMIO FIEPA DE JORNALISMO HOMENAGEIA OS  
PROFISSIONAIS QUE SE DESTACARAM NO MERCADO  
EM 2013, ALÉM DE EVIDENCIAR AS PRINCIPAIS  
REPORTAGENS PUBLICADAS COM FOCO NA INDÚSTRIA



# SENAI

SERVIÇO NACIONAL  
DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

O SENAI é referência mundial em formação profissional e tecnológica com mais de 3 milhões de trabalhadores matriculados por ano.

No Pará, ao longo de seis décadas, o SENAI já qualificou mais de **meio milhão de pessoas**, contribuindo de forma decisiva para a profissionalização da mão de obra e inserção de processos de inovação e transferência de tecnologia nas indústrias paraenses. Este ano, a meta é realizar **75 mil matrículas** e, em 2014, aumentar esse número para **110 mil**.

## EMPREGABILIDADE

Um estudo realizado com profissionais formados no SENAI mostra que, um ano depois de obterem o diploma, **72% dos ex-alunos dos cursos técnicos do SENAI de todo o Brasil conseguem trabalho no primeiro ano depois da formatura**.

No Pará, o nível de empregabilidade é ainda mais promissor. **84% dos alunos** que se formaram em 2010 nos cursos de habilitação técnica **conseguiram ingressar no mercado de trabalho**.

A pesquisa aponta ainda que os trabalhadores de nível técnico conseguem **aumentar sua renda em 24%**, com renda média de 2,6 salários mínimos. Além disso, **73% estão ocupados** em atividades relacionadas à área de formação.



## NÚMEROS SENAI

- **15 unidades fixas**, instaladas em **13 municípios** do Pará
- **18 unidades móveis**

## Invista em você.

Faça um curso técnico no SENAI e garanta sua vaga no mercado de trabalho.

(91) 4009 4761 ou rnoronha@senaipa.org.br



# SENAI



# SUMÁRIO

DEZEMBRO 2013



## Prêmio Sistema Fiepa de Jornalismo

**28** Prêmio FIEPA de Jornalismo reconhece a competência dos profissionais de comunicação que foram destaque no Pará em 2013.

**14** A indústria investe cada vez mais em mecanização e isso tem alterado o cenário produtivo e beneficiado também os empregados, com as novas oportunidades de capacitação.

**16** Os gargalos que dificultam o escoamento da produção paraense são inúmeros, mas o pior deles é a logística. Confira alternativas possíveis para sanar o problema.

**20** A confidencialidade dos processos é uma prática comum na indústria e hoje ela não está restrita a nenhuma fórmula secreta. Veja o que as companhias guardam só para si.

**24** Indústria paraense apresenta proposta para facilitar o processo de licenciamento ambiental no estado.

**44** Por meio de programas, Sesi auxilia empresas que querem investir em práticas de sustentabilidade.

**48** Mundo Senai apresenta as oportunidades que a instituição oferece a empresas e profissionais.

**52** IEL vai facilitar o ingresso dos alunos no mercado com formação profissional qualificada.

### SEÇÕES

- ↳ **Editorial**  
Pág. 5
- ↳ **Radar da Indústria**  
Pág. 6
- ↳ **Direitos e Deveres**  
Pág. 40
- ↳ **Vida Corporativa**  
Pág. 56

### ARTIGOS

- ↳ **Marcelo Filho**  
Pág. 42
- ↳ **Alex Ramôa**  
Pág. 43

**O BRASIL ESTÁ PRIVILEGIANDO O PETRÓLEO EM DETRIMENTO DAS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS, E UMA DELAS É O GÁS NATURAL."**

**ENTREVISTA** com Estanislau Luczynski, coordenador da Especialização em Política e Economia Mineral da UFPA



## DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ/FIEPA QUADRÊNIO 2010/2014

### PRESIDENTE

José Conrado Azevedo Santos

### VICE-PRESIDENTES

Sidney Jorge Rosa • 1º Vice-Presidente  
 Gualter Parente Leitão • 2º Vice-Presidente  
 Manoel Pereira dos Santos Júnior  
 Nilson Monteiro de Azevedo  
 Roberto Kataoka Oyama  
 Luiz Carlos da Costa Monteiro  
 Hélio de Moura Melo Filho  
 José Maria da Costa Mendonça  
 Luiz Otávio Rei Monteiro  
 Juares de Paula Simões  
 Marcos Marcelino de Oliveira

### SECRETÁRIOS

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário  
 Antonio Djalma Souza Vasconcelos • 2º Secretário

### TESOUREIROS

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro  
 Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

### DIRETORIA

Carlos Jorge da Silva Lima  
 Antonio Pereira da Silva  
 Pedro Flávio Costa Azevedo  
 Rita de Cássia Arêas dos Santos  
 Cezar Paulo Remor  
 Antonio Emil dos Santos L. C. Macedo  
 Solange Maria Alves Mota Santos  
 André Luiz Ferreira Fontes  
 Raimundo Gonçalves Barbosa  
 Frederico Vendramini Nunes Oliveira  
 Darci Dalberto Uliana  
 Fernando Bruno Barbosa  
 Neudo Tavares  
 Armando José Romanguera Burle  
 Paulo Afonso Costa  
 Nelson Kataoka

### CONSELHO FISCAL

**Efetivos:**  
 Fernando de Souza Flexa Ribeiro  
 Luizinho Bartolomeu de Macedo  
 Lísio dos Santos Capela

### Suplentes:

José Duarte de Almeida Santos  
 João Batista Correa Filho  
 Mário César Lombardi

### DELEGADOS

**Efetivo junto à CNI:**  
 José Conrado Azevedo Santos

### Suplentes junto à CNI:

Sydney Jorge Rosa  
 Gualter Parente Leitão  
 Manoel Pereira dos Santos Júnior

### SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI

José Olímpio Bastos

### DIRETOR REGIONAL DO SENAI

Gerson dos Santos Peres

### DIRETOR REGIONAL DO IEL

Gualter Parente Leitão

### CHEFE DE GABINETE DA FIEPA

Fabio Contente Biolcati Rodrigues



**DEZEMBRO DE 2013**  
**ANO 6 • EDIÇÃO ESPECIAL**

**temple**  
 COMUNICAÇÃO

### PRODUÇÃO

Travessa Benjamin Constant, nº 1416  
 Bairro Nazaré | Cep: 66035-060  
[www.temple.com.br](http://www.temple.com.br)  
[temple@temple.com.br](mailto:temple@temple.com.br)

### REDAÇÃO

**Coordenação:** Yuri Age  
**Edição:** Rosana Maciel e Izabelle Aguiar de Araújo  
**Textos:** Adriana Ferreira, Fernando Gomes, Izabelle Aguiar de Araújo, Lorena Nobre Dourado, Paloma Miranda, Paulo Henrique Gadelha, Valéria Barros e Yuri Age.  
**Projeto gráfico:** Calazans Souza  
**Tratamento de imagem e diagramação:** Antônio Machado e Márcio Alvarenga  
**Revisão de texto:** Carol Magno  
**Revisão de conteúdo:** Ivanildo Pontes

### PUBLICIDADE

Temple Comunicação  
[temple@temple.com.br](mailto:temple@temple.com.br)  
 (91) 3205-6504  
**Impressão:** Marques Editora  
**Tiragem:** 15.000 exemplares

*\* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.*



**FALE COM A PARÁ INDUSTRIAL**

[www.fiepa.org.br](http://www.fiepa.org.br)

Assessoria de Comunicação da Fiepa  
 Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588, 7º andar. CEP: 66035-190. Belém (PA)  
 (91) 4009-4900 / 4009-4815  
 Comentários e sugestões de pauta: [ascom@fiepa.org.br](mailto:ascom@fiepa.org.br)

**twitter**

Siga o nosso perfil  
 @sistemaFIEPA

**facebook**

Curta  
 /sistemaFiepa



## SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA: UM PASSO PARA A FORMALIZAÇÃO

**JOSÉ CONRADO SANTOS**

PRESIDENTE DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS  
INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA)

As micro e pequenas empresas correspondem, aproximadamente, a 95% do total de unidades do segmento produtivo paraense. Apesar disso, estudos econômicos apontam que as MPEs não superam os 10% na arrecadação do Pará. Qual o motivo para este descompasso? Entre as várias causas que poderiam ser enumeradas, destaco a informalidade, consequência direta da complexidade e da rigidez burocrática do sistema tributário brasileiro. De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), há mais de dez milhões de negócios informais no país, contra cinco milhões de formais. A burocracia excessiva reduz a competitividade e o potencial de crescimento do Brasil. Uma pesquisa da CNI realizada com 431 empresas identificou as principais questões que dificultam os empresários a cumprir com as obrigações legais. O número excessivo de normas, a complexidade e a alta frequência das mudanças no sistema tributário foram consideradas as maiores causas para a informalidade.

Desde a Constituição de 1988, foram criadas mais de 309 mil normas tributárias, o que representa um volume de 112 milhões de páginas. Do total de normas, nem todas estão em vigor, afinal, se dedicar ao estudo de 112 milhões de páginas poderia ser a causa para a falência de uma empresa. Sem tempo para cuidar dos demais setores da companhia, o investidor fatalmente teria que fechar as portas.

Atualmente, das 309 mil normas, 23.413 estão em vigor, no entanto, isso não pode ser motivo de comemorarmos ou acharmos que estamos no melhor dos mundos. Ao contrário, das 23.413 normas, o empre-

sário tem que conhecer 3.500, o que representa 19 mil páginas, forçando o investidor a dedicar 2.600 horas do seu ano para o cumprimento dessas normas. Enquanto que o empresário brasileiro passa 1/3 do ano focado nesse complexo emaranhado que é o nosso sistema tributário, nos países como a Argentina, Estados Unidos e Alemanha esse tempo fica apenas em torno de 200 a 500 horas.

Nosso país, de certa forma, avançou quando implantou o “Super Simples” que, conforme sugere o próprio nome, simplificou, em parte, a tributação para as MPEs. Seguindo essa política de desburocratização do Governo Federal, os estados brasileiros também levaram para o nível local, instalando assim o Simples Estadual. O problema é que na contramão de muitos outros estados, que vem elevando o teto para classificar as MPEs, o Pará estacionou e, desde 2007, não aumentou o limite para as micro e pequenas empresas. Mesmo com a inflação ao longo desse período, foi mantido o limite de faturamento anual de R\$ 180 mil para as micro empresas e de R\$ 1,8 milhão para as pequenas.

Enquanto que o Pará se mantém nessa política pouco agressiva em busca de mais investidores e a fim de criar um ambiente mais propício para a geração de novos negócios, estados como Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia já adotaram o limite de R\$ 3,6 milhões para enquadrar as MPEs no Simples Estadual.

Entendo que, se o governo elevasse o teto do Simples Estadual para o enquadramento das MPEs, certamente esta seria uma forma de estimular a formalização de empresários, aumentando a base arrecadatória do estado, ampliando os 10% da participação das micro e pequenas empresas na receita estadual. O governo tem que ser catalisador do investimento e para isso, precisa criar as oportunidades para que a iniciativa privada encontre no Pará um lugar viável, seguro e competitivo. ☞



# RADAR DA INDÚSTRIA



## VIRAVIDA

Foi realizado em Brasília, entre os meses de outubro e novembro, o quarto Seminário Nacional ViraVida, projeto de educação e capacitação profissional que busca transformar a vida e resgatar a cidadania dos jovens que passaram por situação de vulnerabilidade social. Mais de 30 jovens paraenses que fazem parte do projeto conduzido pelo SESI-Pará foram à capital federal, onde participaram da abertura do evento, no estádio nacional Mané Garrincha. As demais atividades se concentraram no Centro de Convenções Ulisses Guimarães e compreenderam palestras e depoimentos de personalidade, como o medalhista olímpico Gustavo Borges, o ex-jogador e comentarista esportivo Walter Casagrande e o médico e apresentador de TV Jairo Bouer.

## PASSEIO CICLÍSTICO

A quarta edição do Passeio Ciclístico Sesi-Senai, realizado no mês de novembro, contou com público recorde. A estimativa da organização é que o evento tenha reunido 1.700 pessoas, de todas as idades. A concentração ocorreu na Trav. Perebebuí, ao lado do Bosque Rodrigues Alves, e percorreu as principais vias do centro de Belém.



## ESTÁGIOS

A prefeitura de São Miguel do Guamá, nordeste do estado, amplia parceria com o IEL-Pará, unidade Castanhal, e fecha contrato de Concessão de Estágios para cerca de 50 jovens de ensino médio e superior da região. As vagas de estágio atenderão às demandas da Procuradoria, Secretarias de Administração, Educação, Assistência Social e Saúde do município.

“É por meio dessa integração IEL, instituições de ensino e prefeituras municipais, a partir do estágio supervisionado, que podemos dar chance a esses talentos, contribuindo para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. A parceria é muito bem-vinda e a coordenação do IEL, em Castanhal está de parabéns”, ressalta Gualter Leitão, vice-presidente da Fiepa e diretor do IEL-Pará.

## INOVA TALENTOS

O IEL-Pará inscreve até o dia 19 de dezembro empresas e institutos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) interessados em participar do Programa Inova Talentos. Elas devem apresentar projetos nessas áreas, a fim de receberem bolsas de desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora.

O Programa Inova Talentos é uma parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto Euvaldo Lodi/Núcleo Central (IEL/NC). O programa será desenvolvido pelos núcleos regionais do IEL, localizados em diversos estados do país.

No IEL-Pará, o Inova Talentos está sendo conduzido pelo coordenador de Inovação, Hugo Tanimoto. Segundo ele, o Inova pode ser a oportunidade que faltava para que as empresas paraenses desenvolvam ideias inovadoras que alavanquem seus negócios, aumentando seu poder de crescimento e competitividade no mercado. “O Inova vai selecionar propostas que receberão *trainees* para implementar os projetos de desenvolvimento e inovação, contribuindo assim significativamente para a competitividade, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no país. E as empresas paraenses não podem ficar de fora”, ressalta.

# GUIA INDUSTRIAL DO PARÁ REÚNE INFORMAÇÕES DE APROXIMADAMENTE 7 MIL EMPRESAS INSTALADAS NO ESTADO

Com uma participação de mais de 30% no Produto Interno Bruto (PIB) do Pará, as 6.829 indústrias instaladas no território paraense empregam perto de 170 mil pessoas e comercializam 1.867 diferentes tipos de produtos. Esses dados estão presentes no novo Guia Industrial do Pará, lançado pela Fiepa, no final de novembro. O guia teve o apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sebrae e Governo do Pará. Em entrevista, o diretor executivo da Fiepa, Ivanildo Pontes, que coordenou o guia, fala da importância da publicação para o desenvolvimento empresarial paraense.

## Qual a relevância do Guia Industrial para o setor produtivo paraense?

O guia é uma importante ferramenta na defesa dos interesses do segmento empresarial. Ao mapear as indústrias no vasto território paraense, conseguimos visualizar, de modo mais fiel a realidade, como é que se comporta a atividade industrial, o que ela traz de ganhos para a economia e quais os gargalos que ainda precisam ser superados para o crescimento econômico do Pará. Este documento é tão relevante para o nosso estado que acabou atraindo o apoio do governo, do Sebrae e da CNI, todos parceiros e interessados na divulgação das informações da indústria paraense.

## A indústria está presente em todo o território paraense?

Informações do guia, que mapeou a atividade industrial paraense, indicam que dos 144 municípios do estado, em 131 foram encontradas empresas ligadas à indústria. A mesorregião metropolitana de Belém engloba quase a metade dessas indústrias (47,3%), sendo que apenas em Belém e Ananindeua existem 2.527 empresas do setor. As outras mesorregiões apresentam as seguintes proporções em termos de quantidade: 27,1% no sudeste, 1,7% Marajó, 6,7% no sudoeste, 7,6% no Baixo Amazonas e 9,6% no nordeste.

## O guia destaca, entre as várias informações sobre a indústria, a predominância das empresas de pequeno porte. Existe algum fator limitador que atrapalha o crescimento das indústrias?

Segundo informação repassada pelos empresários, a educação e

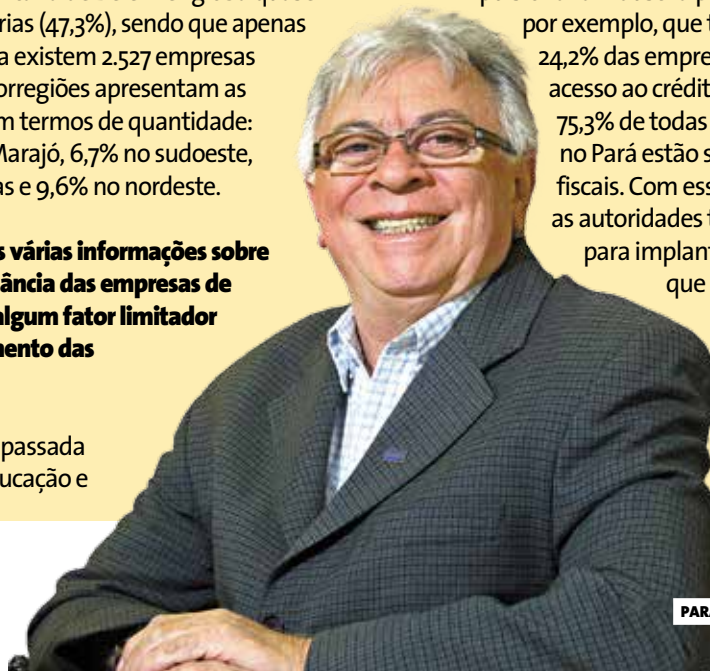
a carga tributária são as maiores ameaças à competitividade do setor industrial e acaba atrapalhando o crescimento dessas empresas. Outros gargalos relatados são a questão da energia elétrica e a infraestrutura. Na região metropolitana de Belém, por exemplo, o empresariado apontou como grande problema para o crescimento econômico a falta de profissionais qualificados. Já a questão logística, acabou sendo classificada como o maior problema para os empresários do Baixo Amazonas.

## E sobre o associativismo? Na publicação, é possível ver que apenas 20% das indústrias são associadas a algum sindicato.

É por conta deste cenário que a CNI apoia as federações no que tange ao associativismo. Por meio do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), a Fiepa realiza ações em todas as regiões do Pará para intensificar o associativismo no estado. Temos uma grande margem para trabalhar, 80% das indústrias estão fora da base sindical e precisam saber que, ao se associarem, elas ganham uma série de benefícios, além de ser representada pela Fiepa, entidade que é referência no segmento empresarial paraense e consequentemente da CNI.

## O guia apresenta um raio x completo da indústria, com o perfil do setor industrial paraense. Além dos gargalos, o que mais ganha destaque nesta edição?

Todas as informações são extremamente relevantes para que os governos, com um conhecimento profundo da atividade industrial, possam desenvolver políticas de incentivo, a fim de acabar com os gargalos e impulsionar a indústria paraense. É importante, por exemplo, que tenhamos clareza que 24,2% das empresas ainda não possuem acesso ao crédito e que, atualmente, 75,3% de todas as indústrias instaladas no Pará estão sem receber incentivos fiscais. Com esses dados, acredito que as autoridades terão mais insumos para implantar políticas eficientes e que criem um ambiente de negócios mais propício ao surgimento de novos investimentos e empreendimentos industriais.



# RADAR DA INDÚSTRIA



## I ENCONTRO DE MERCADO

Diretores, gerentes e agentes de mercado do Sesi, Senai e IEL participaram do primeiro I Encontro de Mercado do Sistema Fiepa, no dia 18 de novembro, na sede da Fiepa, em Belém.

O objetivo do evento foi apresentar uma visão consolidada sobre as ações de mercado do Sistema Indústria no estado, em alinhamento com a estratégia nacional, fortalecendo a atuação em rede do sistema no relacionamento com o mercado.

Aproximadamente 300 colaboradores participaram da capacitação “Engajamento Total com o Cliente: Sistema Indústria em Rede”, através de um *game* (jogo), como forma de articular as três casas (Sesi, Senai e IEL) e implementar novas estratégias corporativas de mercado.

## NOVO SENAI SANTARÉM

A unidade do Senai Santarém, que completou 38 anos em agosto com mais de 50 mil pessoas qualificadas, passou por reforma e ampliação, expandindo a capacidade de atendimento de 420 para 900 alunos/dia. O centro, que foi o primeiro da instituição a funcionar no interior do estado, recebeu novos laboratórios, salas de aula e equipamentos mais modernos. Com a nova estrutura, as metas de capacitação saltaram de 3.536 matrículas, em 2013, para 5.870 matrículas, em 2014.

Com um novo bloco incorporado à estrutura já existente, a unidade ganhou 276 m<sup>2</sup>, e passa a contar com um total de 2.558 mil m<sup>2</sup> de espaço construído. Uma das novidades é o laboratório de Eletroeletrônica e Automação Industrial. Moderno e com múltipla funcionalidade, o laboratório atenderá às áreas de máquinas elétricas, comandos elétricos, eletrotécnica, eletroeletrônica, eletricidade predial, automação predial, entre outras.



## SEMINÁRIO MOSTRA VANTAGENS DO PARÁ

No dia 2 de dezembro, o jornal Valor Econômico realizou em São Paulo o seminário “Oportunidades de investimento no Pará”, para apresentar a empresários de várias regiões do Brasil as vantagens de se investir no estado. O evento foi realizado em parceria com o Governo do Pará, por meio da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom), e com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Participaram como palestrantes representantes de setores industriais já estabelecidos no Pará, como da mineração e da produção de alumínio, além de instituições financeiras para apresentar linhas de financiamento.

## AS 200 MAIORES MINAS DO BRASIL

Pela terceira vez consecutiva, a Imerys foi uma das homenageadas durante o lançamento da edição especial 200 Maiores Minas do Brasil, da revista Minérios e Minerale, *ranking* que leva em consideração a produção *Run Of Mine* (ROM) de 2012 em toneladas, e em seguida dividas por substâncias adotando o mesmo critério. A edição traz informações técnicas exclusivas e abrangentes do cenário mineral brasileiro.



## FUTUROS PROFESSORES

Uma parceria entre a Fiepa, o Senai e a Universidade Federal do Pará (UFPA) formou os primeiros 20 alunos no Curso de Capacitação Técnica e Pedagógica para Engenheiro Mecânico, Elétrico e Civil. O curso foi destinado a alunos de Engenharia da UFPA e ofereceu a qualificação necessária para que os discentes sejam instrutores dos cursos técnicos da instituição. Os profissionais capacitados poderão atuar em engenharia eletromecânica, mecânica geral e industrial, automotiva e construção civil, as áreas mais demandadas pelo Senai. Para o presidente do Sistema Fiepa, José Conrado Santos, o convênio impacta positivamente na qualidade dos cursos. “Com este convênio com a UFPA, que é pioneiro no Brasil, trabalhamos em duas frentes. Além de trazer os formandos de engenharia para o nosso time de instrutores, incentivamos os professores do Senai a buscarem o conhecimento, aperfeiçoando sempre o treinamento pedagógico”, enfatizou.



## ALUMINA RONDON

Até o final de 2014 perto de nove mil profissionais dos municípios de Rondon do Pará, Dom Eliseu e Abel Figueiredo participarão dos cursos de capacitação de mão de obra do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), uma iniciativa da Votorantim Metais em parceria com a prefeitura de Rondon do Pará, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). A primeira etapa das qualificações, com quase mil vagas preenchidas, teve início em novembro. As qualificações visam formar mão de obra para o mercado de trabalho da região e para o Alumina Rondon, empreendimento que prevê a implantação de uma mina de bauxita e uma refinaria de alumina em Rondon do Pará.



## AVANÇANDO COM JURUTI

Desenvolvimento e respeito ao meio ambiente podem ser compatíveis. Nos empreendimentos da Alcoa no mundo é assim. E na Amazônia não podia ser diferente. Em Juruti, onde a empresa atua na produção de bauxita, todos os procedimentos são realizados dentro dos mais rígidos controles socioambientais.

A Alcoa aplicou R\$ 30 milhões em recursos no seu Plano de Controle Ambiental (PCA). O valor é investido em programas que beneficiam 33 comunidades locais, atuando em áreas como educação patrimonial, agricultura familiar, manejo florestal, capacitação de mão de obra, entre outros.

Terra, recursos hídricos, ar, fauna e flora são monitorados constantemente para garantir a manutenção desses bens. Na unidade, a otimização do uso da água propicia 90% de reaproveitamento deste item vital.

O processo de reabilitação de áreas mineradas também tem apresentado excelentes resultados, superando expectativas na recuperação da floresta nativa. Além disso, para preservar áreas verdes, a Alcoa já destinou ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) mais de R\$ 45 milhões, pagos ao Governo do Estado.

É com respeito ao planeta que a Alcoa segue sua produção em Juruti. Um presente e futuro para muitas gerações.

# ENERGIA ATRAI INVESTIMENTOS

Pesquisas da década de 1950 apontam que território paraense está no centro algumas das áreas potenciais de produção de petróleo e gás natural do Brasil. Com a atual estabilização da produção de bacias exploradas desde os anos 1970, como a de Campos - que se estende pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo -, os olhos da Petrobras e de investidores internacionais se voltam novamente para o potencial da Província Equatorial, que percorre a costa do Ceará até aproximadamente a região de Salinópolis (PA) e de outras áreas sedimentares no norte e nordeste do país. Quem comenta o contexto do estado neste mercado e as vantagens desta exploração para a indústria local é o professor Estanislau Luczynski, coordenador acadêmico da Especialização em Política e Economia Mineral (PEM) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em entrevista à PARÁ INDUSTRIAL, ele afirma que tem acompanhado discussões entre o governo do Pará, o meio acadêmico e a iniciativa privada sobre como o estado precisa se preparar para a nova realidade petroleira.

## **De onde partem as pesquisas e os possíveis investimentos na extração de petróleo no Brasil?**

Até os anos 90 quem conduzia praticamente todas as pesquisas era a Petrobras e o Serviço Geológico Nacional, sendo que a participação deste último é mais presente em mapeamento geral e minerais metálicos e não metálicos. Dos anos 90 para cá, com a flexibilização do mercado de petróleo e gás, outras empresas passaram a entrar no Brasil trabalhando em sociedade com a Petrobras ou ganhando a concessão para a exploração de áreas já conhecidas.

As áreas de interesse para a indústria petroleira são as chamadas bacias sedimentares, locais onde há grande acumulação de rochas e com potencial para a geração de petróleo e gás. Então você precisa investigar, o que leva tempo, no mínimo cinco anos. E mesmo que você encontre um recurso lá, não significa que ele seja comercial: o volume dele pode ser não comercial, a profundidade em que ele se encontra pode estar além da tecnologia disponível ou a qualidade dele pode ser baixa.

## **Quais são as principais áreas de atual interesse?**

São as áreas da chamada Província Equatorial (Ceará, Piauí, Maranhão e Pará) e também as bacias do Amazonas e Solimões. Até os anos 70, todas foram investigadas para presença de petróleo e gás natural. Em algumas foram encontrados indícios, mas a maioria era subcomercial, como no caso do Pará. Aqui foram encontrados indícios de petróleo e gás na bacia sedimentar chamada de Pará-Maranhão, que compreende parte dos dois estados. Ela foi declarada subcomercial porque, pelo valor que o petróleo tinha naquela época, havia muitos locais onde era mais rentável retirar petróleo no Brasil. Naquela época, o economicamente viável era extrair a 400 m de profundidade, e o daqui está a mais de mil metros.



## A TENDÊNCIA DO MUNDO É USAR CADA VEZ MAIS O GÁS NATURAL, JUNTO COM A ENERGIA EÓLICA E SOLAR, QUE SÃO FONTES DE ENERGIA MENOS POLUENTES QUE O PETRÓLEO E OS SEUS DERIVADOS.”

**Sabe-se que as áreas que começaram a ser exploradas nas décadas passadas já atingiram sua capacidade máxima de extração e daqui a um tempo esse volume começará a diminuir. Como o país lida com essa variação?**

Antes que ocorra esse declínio e a produção encerre, o Brasil tem que entrar com novas áreas produtoras, que são aquelas identificadas lá atrás como subcomerciais: bacia do Ceará, bacia Pará-Maranhão, bacia do Parnaíba (MA e PA) e Barreirinhas (MA). As áreas sedimentares de Amazonas e Solimões hoje já são produtoras de petróleo e gás. Temos visto o governo promovendo leilões de áreas de interesse, por meio da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Essas áreas são divididas em blocos, ou seja, uma área média de 5 km<sup>2</sup> por bloco. A empresa que vence o leilão tem o direito de trabalhar naquela área por três anos e se neste período ela não conseguir nada, tem que devolver a área à ANP e a agência a coloca em novo leilão.

### E de que forma isso passa a interessar ao Pará?

Com a tecnologia, hoje já temos ideia da quantidade de recursos que temos nas nossas bacias. Isso é interessante agora porque Campos está declinando e a expectativa do Pré-sal é para depois de 2020. Aqui o petróleo está em uma profundidade menor, o que pode facilitar a extração. As dúvidas ficam quanto ao volume existente, o que demanda alguns anos de avaliação. Ao se considerar a profundidade em que se encontram os recursos do Pré-sal, o petróleo aqui existente pode ser mais viável. A própria Petrobras considera que a próxima área produtora do Brasil é essa que vem do Ceará até Salinópolis.

Como o Pará é um estado mineral e ainda não temos energia suficiente para a indústria, nós continuamos exportando matéria-prima. Se houver oferta de mais energia, você pode atrair as indústrias para a verticalização da cadeia. Ao invés de exportar o ferro, pode exportar o aço, por exemplo.

Neste caso, o que interessa realmente para o Pará, em termos de geração de energia, é a fase gasosa do petróleo, o gás natural. Ele tem uma capacidade calorífica muito alta, permitindo a realização de um processo em menos tempo do que usando outros tipos de combustível, como o carvão mineral e vegetal. Significa energia abundante, mais economia em termos de uso energético e atração de indústrias que precisam dessa alta capacidade calorífica, como as de bebidas e de aços especiais. Nós já temos o melhor minério de ferro do mundo e por que não temos a siderurgia? Por falta de energia.

Esse fator aliado a nossa posição em relação ao oceano Atlântico, significa a jazida virada para o mercado internacional. Então, nós identificamos no gás natural um insumo capaz de aumentar ainda mais a capacidade produtiva do estado e trazer mais investimentos para o Pará.

Prova disso é que o volume de capital que circula nessas negociações é enorme. Só para a empresa ter direito a pesquisar na área e adquirir os

dados anteriores referentes à ela são necessários investimentos vultosos; por exemplo, para ter o direito de participar do leilão, a assinatura pode chegar a R\$ 200 milhões; no lance, já houve companhias que desembolsaram R\$ 170 milhões e na etapa de pesquisa, que dura de 3 a 5 anos, podem gastar mais R\$ 100 milhões apenas na aquisição de dados. Isso tudo, com uma taxa de acerto ótima de 3 para 1: de cada três poços, um tem potencial para comercialização.

#### **E qual seria a logística necessária para fazer essa energia chegar às indústrias?**

Após a extração de gás natural (semelhante à do petróleo) é necessário uma unidade de tratamento de gás natural para beneficiamento, armazenamento e preparação para o transporte. Os dois possíveis mercados para o gás natural seriam Barcarena – onde existe a indústria do alumínio e teria de haver uma usina termelétrica abastecida por gás para geração de calor – e Marabá, com outra termelétrica para abastecer a região em substituição ao uso do carvão, do óleo combustível e outros insumos.

Parnaíba seria a melhor bacia para extrair. Lá, há cinco trilhões de pés cúbicos (ft<sup>3</sup>) de gás natural em apenas um dos reservatórios identificados e já há produção diária de quatro milhões e meio de metros cúbicos de gás por dia para uma termelétrica em Capinzal, no Maranhão. Parnaíba está de frente para a área de influência do projeto Carajás e parte da bacia fica no Pará. Digamos que se consiga construir um gasoduto, então cada indústria interessada no gás natural poderá se interligar a um terminal de recebimento (*city gate*). Outra forma é a termelétrica queimar esse gás para a geração de energia.

Dependendo do trajeto e da quantidade de gás, esse recurso pode ficar mais barato ou caro para cada um desses métodos de transmissão. Outra opção seria a extrair da Pará-Maranhão, porém é necessário a criação de uma infraestrutura de transporte do litoral para Belém, e daí para os mercados interessados. Esses projetos já existem no papel, a questão agora é saber quanto gás há, se é possível retirá-lo e a que preço.

#### **Quais os fatores que ainda impedem o início da exploração aqui?**

##### **Há alguma relação com a expectativa sobre o Pré-sal?**

A concorrência com outras áreas produtoras. Se o governo desviar todos os recursos para o Pré-sal agora, vai faltar investimento na nossa região. Só que a posição da Petrobras, que detém várias dessas áreas sedimentares, é de desenvolvê-las nos próximos anos. A pergunta é se isso vai andar em paralelo com o Pré-sal ou se o governo vai lentamente desenvolver o Pré-sal e dar ênfase para a exploração de gás aqui. Geologicamente falando, é mais vantajoso extrair aqui pela profundidade e pelas informações que já existem. O petróleo do Pré-sal hoje é mais caro do que o que está na Província Equatorial. Hoje a indústria considera que qualquer extração além de cinco mil metros de profundidade, embora haja tecnologia, é economicamente inviável. O Pré-sal está a sete mil. Não se sabe o real volume do que existe lá e você pode ter perda de equipamentos durante a perfuração, sem falar na pouca ou quase nenhuma existência de estudos sobre o impacto ambiental de exploração a essa profundidade.

O valor do barril de petróleo custa em média US\$ 100 na bolsa e o do Pré-sal, se retirado hoje, custaria aproximadamente US\$ 180. E a ten-

**ESTÁ TUDO AÍ POSTO NA MESA, INCLUSIVE OS NÚMEROS OFICIAIS. O ESTADO TEM QUE ESTAR PREPARADO PARA RECEBER ISSO, SABER COMO MOSTRAR QUE PODE ATRAIR INVESTIMENTOS, PARA NÃO SER PEGO DE SURPRESA POR ESSAS DEMANDAS.”**

dência do preço de mercado é cair, pois há concorrência com outras áreas que também exploram o Pré-sal, como Gana, na África. Lá, eles já produzem petróleo há cinco mil metros. Então, o nosso petróleo, quando entrar no mercado, já enfrentará uma forte concorrência.

#### **Como está esse trâmite de exploração agora?**

A Petrobras é sócia em boa parte destas áreas sedimentares, mas existem outras empresas que vão querer desenvolver esse potencial, como já acontece com a Shell e a OGX, na bacia Pará-Maranhão. Neste momento, a Total, uma empresa do governo francês, já está preparando sua base para exploração no Amapá e, provavelmente estenderá suas operações até o Pará também. Na Guiana Francesa e no Suriname já estão oferecendo os blocos para exploração, pois estima-se que na região que compreende esses dois países e vai até o Haiti haja mais petróleo do que na Venezuela. Então, toda essa região com potencial pode ser produtora daqui a alguns anos.



## O GÁS NATURAL TEM 50% A MAIS DE CAPACIDADE CALORÍFICA DO QUE O CARVÃO MINERAL E CINCO VEZES MAIS DO QUE O CARVÃO VEGETAL.”

### **E de que forma o estado pode se preparar para essa demanda nos próximos anos?**

Toda cadeia produtiva precisa de mão de obra e nós não temos uma escola para formação técnica em petróleo. Mas há conversas com o Sebrae e, inclusive, uma missão do estado foi recentemente ao Rio de Janeiro providenciar isso. Serão necessários sondadores (profissionais que atuam em perfuração), soldadores, mecânicos e outras competências, além de enfatizar os cursos de graduação. Em geral, esses cursos técnicos são oferecidos pelo Senai e quanto aos de graduação, a Universidade Federal do Pará (UFPA) já está abrindo em Salinas um *campus* que vai oferecer as graduações em Engenharia de Petróleo e Engenharia Naval e Oceânica.

### **Os EUA planejam a autossuficiência energética para os próximos anos. Em que isso impacta o Brasil, caso nós entremos mais intensamente neste mercado nos próximos anos?**

A autossuficiência dos EUA está baseada em gás natural, especialmente em fontes não convencionais de gás, como o gás em folhelho (gás

shale). Lá, levaram aproximadamente 20 anos para desenvolver a técnica adequada para extrair esse recurso e baratear os custos do processo. Agora, aos poucos tentarão diminuir a dependência do petróleo do Oriente Médio. O governo Obama acredita que por volta de 2020 eles já sejam autossuficientes em energia, tudo baseado no gás em folhelho, que é mais barato de ser extraído do que o gás convencional, em solo americano. Para o Brasil isso pode ser um problema porque quando nós resolvermos retirar nosso gás natural vamos enfrentar a concorrência também dos EUA, que já poderá exportar o seu excedente. A China está indo pelo mesmo caminho e a terceira maior reserva de gás em folhelho está na Argentina. Ou seja, quando o Brasil resolver acordar para isto, a Argentina já vai ser a grande produtora de gás da América Latina, produzindo um gás mais barato que o próprio Brasil. 43% do gás usado hoje no país ainda vem do gasoduto Brasil-Bolívia, o que equivale a 30 milhões de m<sup>3</sup> por dia. O restante é produzido aqui. Então, existe a possibilidade da autossuficiência brasileira em produção de gás, mas estamos atrasados, pois o Brasil está privilegiando o petróleo em detrimento das tendências internacionais, e uma delas é o gás natural.

### **Qual vem sendo a postura do governo do Pará sobre essa questão?**

O governo já está atento a isso. Já existem reuniões quinzenais para tratar deste problema, onde se fala desde a possibilidade de atração de investimentos até a formação de mão de obra, e se avalia também os impactos socioeconômicos da introdução desta indústria no estado. Quem participa é a Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom), e a UFPA. Nós fazemos relatórios internos que são repassados tanto para o secretário quanto para o governador, para que o estado se prepare em termos de logística e formação de mão de obra. O que é produzido nestas conversas internas serve de subsídio para o planejamento do estado. ↩

# O som do progresso

**AS MÁQUINAS SIMBOLIZAM O PRINCIPAL INVESTIMENTO DA INDÚSTRIA ATUALMENTE. ALÉM DE FACILITAR A VIDA DOS TRABALHADORES, ELES TAMBÉM GANHAM COM A CAPACITAÇÃO NECESSÁRIA PARA SE ADEQUAR A ESSE CONTEXTO.**

**M**odernizar e mecanizar o pátio industrial já foi sinônimo de preocupação para trabalhadores. Hoje, a instalação de maquinário de última geração é visto pelos profissionais como uma chance de adquirir novos conhecimentos – com cursos de capacitação –, crescer na carreira e até mesmo ter uma melhora no clima de trabalho. Para a indústria, significa melhorar a produ-

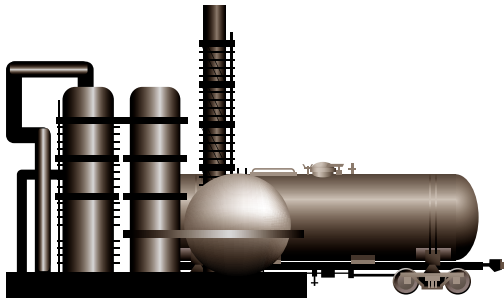
ção, com qualidade, eficiência e precisão.

Em Ulianópolis, onde está instalada a Pagrisa, única empresa paraense produtora de açúcar e etanol, os últimos cinco anos representam bem esta mudança, principalmente por se tratar de um setor de agroindústria que passou por amplas transformações nesse período. Quem percorre os 25 quilômetros de distância entre o empreendimento sucroalcooleiro e a zona urbana da cidade, localizada à beira da BR-010 (rodovia

Belém-Brasília), encontra um cenário formado por profissionais qualificados operando maquinário de última geração, todos guiados por GPS, operacionalizando a chamada “agricultura de precisão”.

A colheita e o plantio do setor agrícola da empresa possuem índices de 100% e 95% de mecanização, respectivamente. São números que se refletem na produtividade da empresa, capaz de gerar de 400 a 600 toneladas/dia de cana por colhedora. A título de comparação, o índice do corte manual possui ren-





*Instalada no município de Ulianópolis, no sudeste do Pará, a Pagrisa tem produção diária de 300 mil litros de etanol e oito mil sacas de 50 kg de açúcar, atendendo principalmente ao mercado paraense. A comercialização dos produtos é destinada às distribuidoras de combustível automotivo, no caso do álcool anidro e hidratado, e para indústrias de alimentos, mercado de atacado e varejo e empacotadoras, no caso do açúcar.*

dimento médio de seis toneladas por homem em um dia. “A mecanização faz com que o solo mantenha os nutrientes, ou seja, ele permanece fértil por mais tempo. Então, com certeza o investimento feito pela empresa foi muito positivo. Qualificamos cortadores, que hoje possuem uma carreira e melhor qualidade no ambiente de trabalho, e ganhamos em produtividade”, explica André da Silva Cunha, supervisor de Planejamento Agrícola da Pagrisa.

## INVESTINDO EM QUEM OPERA

Para chegar a este índice foi necessário investir na mão de obra já contratada. Para isso, a empresa buscou e mantém até hoje parceira com instituições como o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) para a realização de cursos e treinamentos visando a capacitação dos colaboradores e também da mão de obra local. “Nos últimos dois anos, já foram formados e contratados, por exemplo, mais de 300 tratoristas que realizaram cursos técnicos para operação de máquinas totalmente automatizadas”, informa a gerente de Recursos Hu-



📌 *Zenon Pimentel: exemplo de crescimento que veio com a capacitação*

manos da Pagrisa, Carmem Bethânia dos Santos.

Um dos primeiros foi o hoje coordenador agrícola Zenon Barbosa Pimentel. “Antes da empresa comprar as máquinas, eu fui até às fábricas para fazer o treinamento. Nunca tinha visto uma de perto, já que eu trabalhava com colheita manual”, lembra Zenon, que iniciou

na empresa como cortador.

Com a oportunidade de crescimento profissional a partir da mecanização, Carmem Bethânia diz que a empresa mantém uma política de valorização dos profissionais que se destacam no dia a dia. “Tudo só depende da vontade, do interesse e do perfil do colaborador. Aqui na empresa ele adquire conhecimentos, competências técnicas e isso abre a possibilidade de um crescimento e projeção que antes este trabalhador não possuía”, avalia Bethânia.

Exatamente o que aconteceu com Francisco Sergio Almeida da Silva, de 34 anos. Ele iniciou sua carreira na Pagrisa em 1990, também como cortador. Com a chegada da tecnologia da agroindústria, ele teve que se adaptar. Foram diversos cursos realizados, entre eles o de tratorista, operação de colheitadeira e de equipamentos agrícolas diversos. Boa parte dos treinamentos foi fora do Pará, mais especificamente em São Paulo.

Hoje Francisco é um coordenador de colheita mecanizada da Pagrisa atuando diretamente no campo. “Os principais benefícios da mecanização são a facilidade na execução das atividades e consequentemente na obtenção de resultados, o aumento da produtividade, e claro, a proteção e o conforto ao colaborador”, relata. ☑

# Rumo ao desenvolvimento

**PARÁ DRIBLA DIFICULDADES PARA CONTRIBUIR COM A COMPETITIVIDADE DA REGIÃO**





O norte ainda enfrenta algumas dificuldades para competir com as demais regiões do Brasil. Esse problema é resultado da precária infraestrutura do país quanto às questões de logística, pelo menos é o que aponta o estudo realizado pela empresa Macrologística a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria com a Ação Pró-Amazônia (formada pelas Federações de Indústrias dos nove estados da Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins).

De acordo com a pesquisa, os estados do norte, assim com o Maranhão e Mato Grosso, possuem grandes empecilhos ligados à infraestrutura e qualidade de logística, que podem ser solucionados com a criação de novas vias de escoamento, como a hidrovía Juruena-Tapajós e ainda melhorias em rodovias como a BR-364 e a Belém-Brasília (BR-153). “O estudo demonstrou que se os projetos identificados forem implantados, a região pode ter uma diminuição do custo logístico em quatro bilhões de reais por ano”, comenta o engenheiro civil e consultor da empresa Macrologística, Renato Pavan.

Até 2020, está prevista a realização de 87 obras emergenciais no norte e nas demais regiões do país. Esses investimentos totalizam 30 bilhões de reais, sendo 17 oriundos de cofres privados.

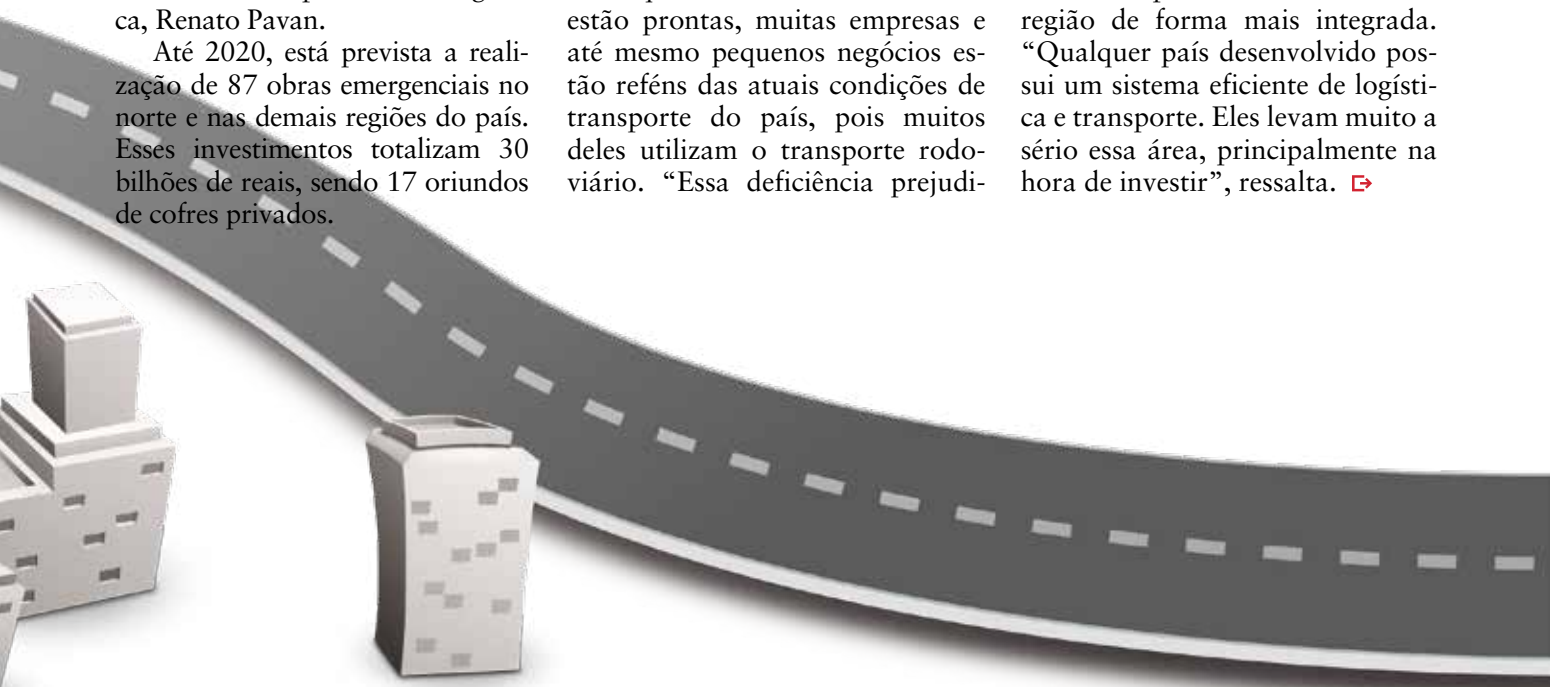


Deivison Azevedo é um dos empresários que enxergam na logística um dos entraves do Pará, somente possível de solucionar com mais investimentos

## ENTRAVES LOGÍSTICOS SÃO PREJUDICIAIS À INDÚSTRIA

Enquanto as obras ainda não estão prontas, muitas empresas e até mesmo pequenos negócios estão reféns das atuais condições de transporte do país, pois muitos deles utilizam o transporte rodoviário. “Essa deficiência prejudi-

ca a economia e por conta disto, o estado se desenvolve de maneira muito mais lenta”, afirma o diretor executivo da empresa C5 Logística, Deivison Azevedo. Segundo ele, a logística do país precisa de atenção, pois somente por meio dela será possível desenvolver a região de forma mais integrada. “Qualquer país desenvolvido possui um sistema eficiente de logística e transporte. Eles levam muito a sério essa área, principalmente na hora de investir”, ressalta. ➔





As hidrovias são uma opção inteligente para a indústria paraense, segundo Abraão Benassully

As demandas da empresa estão concentradas em sua maioria na região norte. Para transpor as dificuldades, que não são poucas segundo Azevedo, a empresa conta com o modal hidroviário para entregas interestaduais e com o modal rodoviário para entregas pelo Brasil afora. “Estou confiante e certo de

que teremos um grande crescimento econômico nos próximos 10 anos. Temos os portos saindo dos papéis e bilhões investidos aqui nos próximos cinco anos. Há tempos o Pará se configura como a melhor rota comercial do Brasil junto ao mercado internacional”, finaliza.

De toda a região norte, o Pará é

o estado que mais tem a ganhar a partir da execução de obras de logística. Nos próximos anos, entraves como a derrocagem do Pedral do Lourenço e do eixo Juruena-Tapajós, assim como a dragagem do Canal do Quiriri e a conclusão das ferrovias Açailândia-Barcarena e Cuiabá-Santarém deixarão de ser apenas projetos e passarão a integrar o sistema de escoamento do país.

De acordo com o presidente da Companhia de Portos e Hidrovias do Estado do Pará (CPH), Abraão Benassully, o Governo do Estado vem adotando medidas para viabilizar novas alternativas de transporte e desenvolver o modal hidroviário do Pará e, conseqüentemente, da região. “Observamos que existe uma grande demanda em termos de infraestrutura, aqui e nas outras regiões do país. Por isso, o governo vem trabalhando para viabilizar alternativas como a derrocagem do Pedral do Lourenço (em Marabá), a rodovia Tocantins-Araguaia para escoar a produção do Mato Grosso, entre várias outras obras”, conta.

## POTENCIAL HIDROVIÁRIO

O transporte hidroviário do Pará tem um alto potencial para fortalecer a competitividade da região. De acordo com o presidente da CPH,

para que esse transporte funcione plenamente é necessário fazer investimentos em infraestrutura portuária, que implicam na construção de novos portos e terminais para expandir a integração do Pará com os demais estados. “Quando construímos algo aqui, acabamos beneficiando a região como um todo. É uma via de mão dupla”, esclarece.

Atualmente, a CPH está envolvida na construção de dois grandes terminais hidroviários, um em Belém e outro em Bragança. “Estamos prestes a inaugurar o terminal rodoviário de Barcarena, que terá um fluxo mensal de 40 mil pessoas”, afirma Benassully. Além de Barcarena, municípios como Curuçá, São Sebastião e Itaituba também receberão investimentos em portos e terminais. “O desenvolvimento do estado acontece no momento em que a gente faz a integração entre uma cidade e outra por meio do modal hidroviário”, avalia o presidente.

Os portos de pequeno porte, que estão exclusivamente sob a competência da CPH, também estão ganhando atenção. Segundo Abraão Benassully, a estimativa é de que nos próximos anos seja realizado “um investimento de 18 milhões de reais em obras civis e navais”. Além da construção de portos, o governo está adotando medidas para que os empresários do setor se sintam atraídos para atuar na estrutura oferecida. “Em uma pequena compara-

ção, podemos dizer que o terminal rodoviário funciona como um aeroporto. O estado constrói esses espaços e as empresas, que nesse caso são as companhias aéreas, se instalam para poder operar”, esclarece.

A regulamentação e fiscalização dos serviços prestados pelas empresas em questão ficam sob a responsabilidade da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e da Agência de Regulamentação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará (ARCON). Com o crescimento do sistema hidroviário, há expectativas de disponibilizar alternativas de locomoção para diminuir o uso excessivo do modelo rodoviário, que é a principal rota de transporte do país. “O transporte hidroviário é muito mais barato do que o rodoviário, mesmo assim, boa parte das mercadorias ainda é transportada por carretas e isso faz com que o preço final dispare”, comenta.


## ECONOMIA MINERAL PODE IMPULSIONAR INVESTIMENTOS

Por possuir as duas maiores jazidas de minérios do mundo, o Pará faz da mineração uma de suas principais atividades econômicas. Esta influência permite que o esta-

do atraia novos investimentos, que consequentemente, irão melhorar a qualidade de logística de toda a região. “A mineração tem uma logística sustentada na ferrovia de Carajás e no porto de São Luís. Com a ampliação da produção de minério em Carajás, será necessária uma estrutura maior do que a que se tem hoje, tanto em ferrovias quanto em portos. Abre-se uma janela de oportunidade”, afirma o secretário da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Pará (SEINFRA), Vilmos da Silva Grunvald.

Os investimentos já começaram e estão voltados para a recuperação dos principais eixos rodoviários que interligam Belém aos demais municípios do estado. “Também estamos recuperando vários eixos, como a rodovia que liga Belém à Marabá, a Alça Viária, a rodovia da Calha Norte, a BR-255 e a PA-150”, afirma.

Além disso, o Estado está empenhado nas negociações da construção do canal do Panamá, em Vila do Conde, que transformará o Pará em uma alternativa para o escoamento de mercadorias para o exterior. “A partir disso, o estado se coloca à disposição como espaço de integração dos nossos centros de produção aos mercados internacionais”, esclarece Grunvald.

Estima-se que estes investimentos girem em torno de um bilhão de reais. 





◀ Reginaldo da Silva, da Skyline



◀ Ricardo Figueiredo, da Alubar

# Nós fazemos o que ninguém faz

**POR TRÁS DO SUCESSO DE TODA EMPRESA ESTÁ O DETALHE QUE TORNA O SEU PRODUTO ÚNICO: O SEGREDO INDUSTRIAL. CONHEÇA AS ESTRATÉGIAS DAS COMPANHIAS PARA MANTER ESSAS INFORMAÇÕES EM SEGURANÇA.**

**E**m 1976, seria difícil imaginar que uma experiência concebida em um dormitório de uma faculdade da Califórnia (EUA) fosse a origem de um dos maiores grupos empresariais do mundo. Os anos que se seguiram à invenção do Apple I, projeto de computador dos então jovens Steve Jobs e Steve Wozniak, firmaram a Apple como líder global em inovação, tecnologia e também em confidencialidade, tornando

seu processo criativo um dos mais bem preservados da atualidade (veja mais no box da página 23).

Em meio a mercados cada vez mais concorridos, esse controle da informação tem se tornado prioridade para as empresas. Em muitas delas, a estratégia faz surgir o segredo industrial, que é toda propriedade intelectual da companhia mantida sob sigilo.

No ramo de alimentação, em que a capacidade do cliente de dife-

renciar um produto de outro é bem maior, pequenos detalhes do processo de produção parecem ser ainda mais decisivos e, por isso, não são de domínio geral, mesmo para aqueles que trabalham nas empresas. Essa é uma das políticas da Companhia Paraense de Refrigerantes (Compar), empresa do Grupo Simões, que iniciou a produção de refrigerantes da marca Coca-Cola em Belém no mesmo ano em que Steve Jobs criava seu protótipo: 1976.



📍 *Aristarco Neto, do Grupo Simões*



Considerada uma forma de resguardo da propriedade intelectual, a confidencialidade é associada aos princípios de gestão do grupo. Na prática, este “valor” institucionaliza uma proteção para evitar a utilização indevida de documentos e dados da companhia. Dessa forma, entende-se que marcas, maquinário, tecnologia, conceitos, planos, fórmulas industriais e informações sobre as atividades são bens de propriedade privada, como explica Aristarco Neto, presidente das Empresas do Grupo Simões. “Esse patrimônio não pode ser utilizado pelo colaborador com o objetivo de obter vantagens pessoais nem ser fornecido a terceiros. A diretriz está documentada no Código de Ética, que é divulgado a todos os colaboradores”, relata.

No dia a dia das fábricas, o nível de acesso que o funcionário tem em relação às informações confidenciais sobre o negócio depende do cargo que ele ocupa. “Esse tipo de informação inclui dados sobre produtos, estratégias de negócios, volumes de venda, dados financei-

ros, manual de procedimentos, processos, sistemas e salários”, lista o presidente.

Existem várias formas de estabelecer os limites de interação entre empregados e os segredos industriais. As cláusulas de confidencialidade em contratos comerciais, industriais e de trabalho são um exemplo citado por Eduardo Augusto Brito, advogado e sócio do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro & Scaff Advogados.

Essas cláusulas são um modo de garantir que o empregado não utilize indevidamente informações essenciais do processo produtivo de seu empregador. “Em um contrato de trabalho, quebrar a cláusula de confidencialidade pode configurar falta grave. A própria CLT, em seu art. 482, alínea ‘g’, estabelece que a violação de segredo da empresa constitui justa causa para a rescisão do contrato de trabalho”, esclarece Eduardo.

Assim como a padronização do produto em grandes redes, o controle da informação também é uma

**“A violação do segredo profissional também constitui crime, cuja pena é de detenção, que varia de três meses a um ano, ou multa. E por ser um ato ilícito, o empregado ainda pode responder por danos morais e materiais causados ao empregador.”**

**EDUARDO AUGUSTO BRITO, ADVOGADO**

política que não pode deixar brecha para falhas, episódios que, segundo Aristarco Neto, nunca ocorreram na história da Compar. “A política de confidencialidade reflete da etapa de produção à venda do produto, contribuindo no padrão de assecuração da qualidade e na excelência operacional dos processos da empresa. O resultado é um produto com excelente aceitação pelo público”, completa o presidente. ➔

## RESPONSABILIDADE COM O *KNOW-HOW* ADQUIRIDO

Investindo em tecnologia, instalações e recursos humanos, as empresas buscam alcançar patamares elevados de qualidade. A evolução dos processos que ocorre ao longo do processo também tem um valor estratégico e integra o *know-how* da companhia.

Quando se fala de segredo industrial, é esse o conceito adotado pela Alubar Metais e Cabos, fabricante de vergalhões e cabos elétricos de alumínio localizada em Barcarena (PA). Para além dos procedimentos documentados, cujo acesso também é restrito a funções específicas, o modo de fazer ainda consiste na propriedade intelectual mais relevante. “Os segredos que nós temos são de processos, técnicas que conseguimos desenvolver com o tempo e que nos levam a uma qualidade diferenciada diante dos nossos concorrentes”, comenta Ricardo Figueiredo, diretor executivo da empresa.

A confidencialidade das informações é um dos assuntos trabalhados com os empregados da fábrica, que também mantém políticas restritivas quanto ao acesso e ao registro fotográfico e cinematográfico em algumas áreas, quando da presença de veículos de comunicação. Apesar destes cuidados, Figueiredo ressalta que o segredo industrial não é nenhuma fórmula mágica guardada em um cofre. “É todo um processo que envolve equipamentos e pessoas, algo que a Alubar investiu para alcançar e não queremos entregar facilmente para ninguém”, defende o diretor.

Outro enfoque da companhia é na segurança da informação nos meios virtuais. Já na etapa de integração, os novos funcionários co-



❖ A Compar, em Belém, adota os padrões internacionais da marca Coca-Cola

nhecem as políticas referentes à senhas, uso da internet e de dispositivos de armazenamento (*pen drives* e HDs externos), e-mails e todo o domínio intelectual da empresa disponível em plataformas digitais. Em tempos de facilidade de acesso móvel à rede, uma das preocupações também é com a conduta dos empregados nas redes sociais. É o que detalha Paulino Brito, coordenador de Tecnologia da Informação (TI) da fabricante de cabos. “Todos os recursos de informática são fornecidos mediante orientação. É importante monitorar o que vem sendo feito e sempre educar os empregados”, diz.

A cautela com as informações que circulam digitalmente vai além da proteção dos detalhes do negócio. Um vírus de computador, por exemplo, pode ser transmitido a toda uma rede, prejudicando o andamento de processos importantes até na área operacional. “É por isso que quem trabalha na área de TI tem que ter a mente aberta e tentar sempre estar atualizado. Temos que aprender com os nossos erros e os de outras empresas para evitar da-

nos e vazamento de informações”, conclui Paulino.

## TREINAMENTO NA FONTE

No setor de serviços, o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho também está entre os principais diferenciais das empresas. Na Skyline, que atua em Belém nas áreas de funilaria, pintura e autoelétrica automotiva, uma das marcas da gestão é treinar os funcionários de acordo com o padrão de serviço que vem sendo consolidado há 20 anos.

“Durante três meses nós treinamos intensivamente os novos funcionários para que eles se adequem às diretrizes da empresa. Isso faz parte da estratégia: contratar pessoas sem experiências (e sem vícios de trabalho) para que aprendam a executar o serviço do nosso modo”, afirma Reginaldo Costa da Silva, sócio-proprietário da Skyline.

Antes da contratação, as referências pessoais são levadas em conta. “Gostamos de trabalhar com pessoas em que possamos confiar, por

**processo**  
confidencialidade  
**fórmulas**  
**acesso**  
segurança  
**dados**  
informação  
**cautela**  
**know-how**  
procedimento  
**prática**  
confidencialidade  
**experiências**

isso em todo o processo existe muita conversa. Eles sabem que o conhecimento que recebem aqui deve ficar dentro da empresa”, completa Reginaldo, que frisa também a importância dessa prática para o resultado final. “É nosso diferencial no mercado e tudo culmina na qualidade do atendimento ao cliente. Queremos que ele saia satisfeito sempre”, finaliza. ◀

## **APPLE: A EMPRESA DOS SEGREDOS**

Não é de se admirar que os lançamentos dos produtos Apple sejam sempre acompanhados de tantos rumores e especulações. Com as informações sobre o que vem sendo produzido sob a classificação “Top Secret”, saber de algo relevante antes da hora é difícil até para quem trabalha na empresa.

A lista de precauções é grande e alguns exemplos são a troca regular das fechaduras das salas de armazenamento de dados; a segurança reforçada para os empregados que possuem um nível maior de informação sobre lançamentos futuros e até a estratégia de testar os novos engenheiros de produtos em projetos falsos, até que se adquira confiança suficiente para que sejam alocados em projetos reais.

De todo modo, tais precauções fazem mais do que manter os dados sigilosos longe da concorrência. Aparentemente, a pouca informação aguça a curiosidade dos consumidores, tornando os produtos Apple alvo de grande expectativa no mundo inteiro. Afinal, quem sabe qual será a tecnologia da vez?

Fonte: site TecMundo

# Fôlego e mais rapidez para o licenciamento ambiental

**INDÚSTRIA APRESENTA PROPOSTA DE MELHORIAS PARA O PROCESSO, QUE É UM DOS OBSTÁCULOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO SETOR**

O licenciamento ambiental e o seu processo burocrático é uma das grandes dificuldades enfrentadas pela indústria brasileira e pelos novos investidores. A fim de aperfeiçoar e dar maior agilidade a esse processo, o setor, a partir da Confederação Nacional da Indústria (CNI), elaborou a sua proposta para o aprimoramento do documento ambiental. A

intenção é contribuir para um crescimento efetivo da economia, um dos principais desafios do segmento industrial brasileiro.

A sugestão busca adequar as normas aplicadas em todo o território nacional, conferindo maior segurança jurídica ao processo. “Trata-se de uma contribuição que se propõe a aperfeiçoar o atual instrumento de licenciamento, promo-





***A demora na conclusão das análises de processos é, com certeza, a maior dificuldade no trâmite de licenciamento ambiental no estado.***

**RONALDO LIMA, GERENTE EXECUTIVO DO IBRAM**



Foto: divulgação Ibram

➤ *Para Ronaldo Lima é hora de discutir a proposta da indústria junto aos órgãos do governo*

vendo a competitividade industrial e o aproveitamento das vantagens comparativas do país, em termos de disponibilidade de recursos naturais, com a conservação dos ecossistemas”, explica Shelley Carneiro, secretário-executivo do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) e gerente executivo de Meio Ambiente da CNI.

O documento já foi entregue à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e agora vem sendo debatido nas reuniões regionais do Conselho de Meio Ambiente da CNI. Em Belém, a 11ª reunião do Coema Regional Centro-Norte foi realizada na Fiepa, em outubro deste ano. “A proposta da indústria para o licenciamento é resultado de uma pesquisa realizada junto às fe-

derações de indústria e trabalhos em GTs nos Coemas/CNI, e levantou dados e opiniões sobre os procedimentos ambientais nos estados brasileiros”, explica Deryck Martins, secretário-executivo do Conselho Temático de Meio Ambiente (CTMA) da Fiepa.

O documento traz um conjunto de 21 propostas. Está dividido em três eixos principais: Estrutura e Gestão, Procedimentos e Estudos, e Instrumentos de Planejamento, abordando temas que envolvem processo, instrumento de planejamento, estudos ambientais e audiências públicas, compensação ambiental, Lei Complementar nº 140/2011, instrumentos de monitoramento, relação com outras políticas, particularidades regionais e principais problemas enfrentados pelo empreendedor no processo de licenciamento.

“Precisávamos conhecer os desafios que os empreendimentos enfrentam nos diferentes estados brasileiros. A pesquisa veio então apontar os principais problemas relacionados ao licenciamento ambiental estadual, na visão dos representantes da Federações das Indústrias. Foram esses dados que nos ajudaram a construir a proposta para a melhoria nos processos, visando torná-lo mais ágeis e eficientes”, disse Shelley Carneiro, secretário-executivo do Coema e gerente executivo de Meio Ambiente da CNI.

O secretário de Meio Ambiente do Estado, José Alberto Colares, afirmou durante a reunião do Coema Centro-Norte que vai considerar a proposta da indústria como base para as discussões que vão tra-

tar do aperfeiçoamento do licenciamento ambiental no Pará. Ele destacou também que a concentração do Sistema Ambiental no Pará é irracional e revelou que não é fácil fazer gestão em um estado dessa dimensão. “A solução é descentralizar a gestão e repassar aos municípios essa responsabilidade. Os gestores municipais precisam tomar essa responsabilidade para si e cobrar do Governo do Estado esse direito que cabe a eles”, defendeu.

Colares ressaltou que as propostas apresentadas pela CNI coincidem com os seus anseios. “O documento cria oportunidades de entendimento com o setor privado. E é assim que eu penso. Precisamos enfrentar essa discussão juntos. Todos queremos a simplificação e a modernização dos procedimentos, a limpeza dessas teias normativas desnecessárias e o uso da tecnologia a favor da agilidade e segurança dos processos, a partir da informatização integrada entre o município, o estado e o Governo Federal”, destaca.

Na opinião de Ronaldo Lima, gerente executivo do Ibram Amazônia, a pesquisa que originou o documento foi muito bem estruturada, sendo capaz de apontar os entraves e as particularidades do processo de licenciamento ambiental no Brasil. Ele propõe agora que uma segunda etapa de divulgação e discussão junto aos órgãos de governo seja planejada. “Precisamos agora convergir, no sentido de melhorar o sistema de licenciamento ambiental, com intuito de dar mais celeridade e eficiência, proporcionando a melhor proteção ao meio ambiente”, ressaltou. ➤

## PARÁ

No estado do Pará, alguns dos principais problemas enfrentados pelo setor empresarial em relação ao Licenciamento Ambiental estão ligados aos altos custos, demora e excesso de burocracia para a obtenção das licenças, problemas que geralmente atrasam ou inviabilizam a implantação do projeto.

Uma das propostas mais significativas apresentadas no documento diz respeito aos procedimentos, como a criação de um balcão único para o Licenciamento Ambiental, que concentre os procedimentos administrativos necessários para a emissão das licenças. “Essa medida vai evitar que o empresário perca tanto tempo com diversos procedimentos burocráticos, hoje distribuídos em diversos setores”, explica Luiz Moura, presidente do CTMA/Fiepa.

Moura faz questão de ressaltar que o setor industrial não quer desqualificar o processo de licenciamento. “A indústria quer ser parceira. Atuar junto com o poder público na superação de entraves que são inerentes ao licenciamento ambiental. O processo da legalidade é burocrático demais. As propostas querem modificar, simplificar os processos atuais, para que se tornem de fato efetivos”, diz o presidente.

Para o secretário de Meio Ambiente ainda há muitos entraves no processo de licenciamento ambiental do Pará, principalmente o da concentração da gestão ambiental do estado inteiro em Belém. “A descentralização do processo ambiental e a estruturação dos municípios para que possam licenciar empreendimentos de maior porte, essenciais ao desenvolvimento local, são medidas urgentes. A Sema precisa se concentrar em licenciamentos de grande complexidade. Não pode continuar a perder um tempo enorme licenciando postos de gasolina,

por exemplo”, ressalta.

Ronaldo Lima diz que a demora na conclusão das análises de processos é, com certeza, a maior dificuldade no trâmite de licenciamento ambiental no estado. Para ele, tal demora é decorrente de vários fatores, tendo a burocracia interna como o principal deles. “Outros fatores também interferem como a falta de procedimentos de condução e fluxo de processo, falta de definição de procedimentos de análise, tanto jurídica quanto técnica, estudos ambientais deficientes, além da falta de sincronismo com outros atores que fazem parte do processo, como o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a Agência Nacional das Águas (ANA) e os Ministérios Públicos”, ressalta.

Para Lima, a solução poderia vir com a definição de procedimentos internos mais ágeis e eficientes do órgão ambiental do Estado para o processo de licenciamento ambiental, incluindo ações como a revisão do fluxo interno de condução do processo de licenciamento, a revisão e construção de termos de refe-

rência para elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (EIA), definição de modelos de parecer técnico baseado em técnicas de avaliação de impacto e sistematização dos procedimentos de vistoria.

Ele diz ainda que, além de uma melhor interação com outros órgãos que interferem no processo, é preciso reaparelhar o órgão de gestão ambiental do Estado, que hoje é deficiente. “Precisamos não só mudar sua estrutura interna e equipamentos de suporte, mas sim investir na capacitação e valorização. Tudo isso facilitaria o processo de licenciamento e diminuiria o tempo de análise”, analisa Ronaldo.

Segundo Colares, os pré-requisitos e a burocracia para obter licenciamento são tão grandes que a Sema acaba assumindo problemas que não deviam ser dela. Ele conta que em 2012, em um só departamento da Sema, 2.175 processos foram recebidos e destes, 932 foram notificados. “Quase todos esses casos são processos com documentos incompletos, imóveis não regularizados, falta de alvará da prefeitura. Problemas jurídicos que nada dependem da Sema”, exemplifica.



**“A descentralização do processo ambiental e a estruturação dos municípios para que possam licenciar empreendimentos de maior porte são medidas urgentes.”**

JOSÉ ALBERTO COLARES, SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO

Colares admite que a Sema precisa de uma melhor estruturação interna, modernização e simplificação dos processos, inclusive na contratação de mão de obra. “Tudo passa por um processo lento de licitação e uma série de outras burocracias que acabam emperrando o processo, mas continuar recebendo esse volume enorme de documentos e estudos incompletos, sem uma avaliação prévia, é inviável”, analisa o secretário.

Entre os avanços já conquista-

dos pela Sema no Pará e as soluções que o secretário vê para o problema, ele resalta o projeto de reestruturação da Sema, já aprovado pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e agora em vias de aprovação na Secretaria de Estado de Administração do Estado do Pará (Sead), a finalização de contratação para o Sisflora II, a criação dos Institutos de Biodiversidade e de Água, as superintendências de Licenciamento Ambiental e Mudanças Climáticas e Proje-

tos Especiais. “Esses são apenas alguns avanços que, aliados a proposta que vamos discutir no Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) para estimular os municípios a exercer sua autonomia, podem contribuir muito para as melhorias do processo de Licenciamento Ambiental do Estado. Eu tenho certeza que desta forma, nós vamos trabalhar melhor e garantir cada vez mais a competitividade das empresas”, analisa o secretário. ❏

## CONHEÇA AS DUAS PRINCIPAIS PROPOSTAS DE CADA EIXO APRESENTADAS PELA INDÚSTRIA

### ESTRUTURA E GESTÃO

- Fortalecimento dos órgãos ambientais de todos os entes federativos, objetivando aprimorar a estrutura e os quadros funcionais para atender as demandas do licenciamento, bem como, reforçar seu papel de gestor no processo, por meio da implementação de mecanismos que assegurem melhor produtividade e desempenho;
- Informatização integrada de todo o processo de licenciamento ambiental entre o órgão licenciador e os órgãos envolvidos, assim como, entre os entes federativos, com o objetivo de racionalizar e dar celeridade aos procedimentos, garantindo os sigilos protegidos por lei. Alguns mecanismos propostos são:

a) criação de um portal eletrônico simplificado de licenciamento, disponível na rede mundial de computadores;

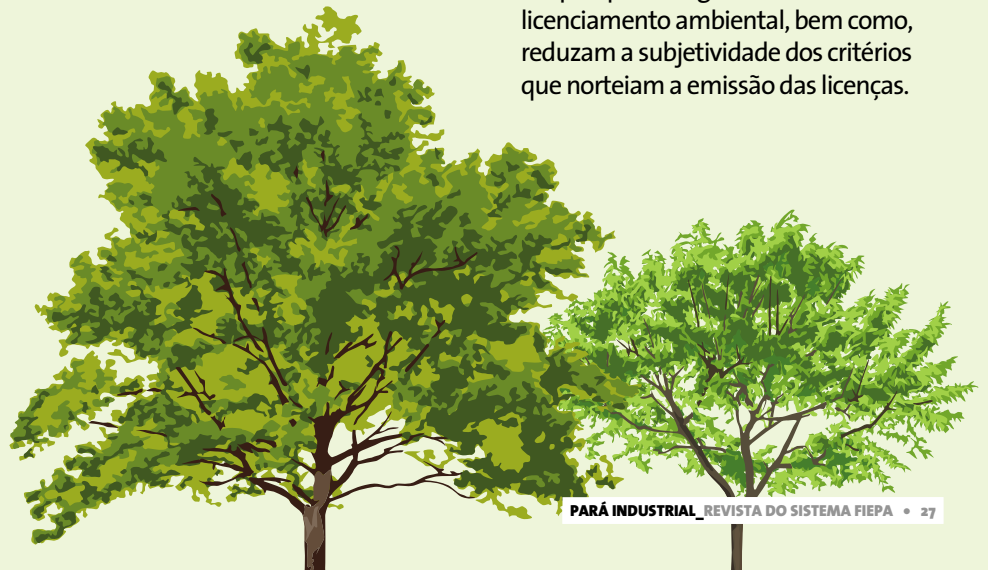
b) bancos de dados que sejam a base de ferramentas de inteligência dos órgãos ambientais.

### PROCEDIMENTOS

- Aprimoramento do sistema de licenciamento ambiental, fortalecendo o licenciamento prévio, com a definição de modalidades diferenciadas aplicáveis às diversas classificações dos empreendimentos e atividades, possibilitando a simplificação de procedimentos e a redução das fases do licenciamento;
- Criação de um balcão único para o licenciamento ambiental que concentre os procedimentos administrativos necessários para a emissão das licenças.

### ESTUDOS E INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

- Elaboração de glossário de definições ambientais, termos de referência, anuais de estudos ambientais, notas técnicas e outros documentos, aprovados e publicados pelo órgão licenciador, com base na classificação dos empreendimentos e atividades, que orientem de forma clara, objetiva e conclusiva a realização do estudo exigido, garantida a participação do setor empresarial envolvido;
- Uso efetivo de instrumentos de planejamento que orientem, simplifiquem e agilizem o licenciamento ambiental, bem como, reduzam a subjetividade dos critérios que norteiam a emissão das licenças.



# JORNALISMO PARAENSE EM DESTAQUE

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS E PATROCINADORES  
PREMIAM OS PROFISSIONAIS DA COMUNICAÇÃO  
PARAENSE QUE SE DESTACARAM EM 2013**

Qualquer ação, iniciativa ou projeto, independente da natureza, precisa de divulgação para ser amplamente conhecido pela sociedade, o que pode ser viabilizado pelos veículos de comunicação. Na indústria paraense, naturalmente, não é diferente. Matérias publicadas nas mais diversas mídias (jornais, rádios, TVs e portais na internet) podem repercutir de forma positiva no contexto industrial do estado.

Foi pensando em reconhecer o importante trabalho dos profissionais de comunicação – que tornam a informação um bem público – e também divulgar os avanços e os gargalos para o desenvolvimento industrial do Pará, que o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) idealizou o Prêmio Sistema Fiepa de Jornalismo, que já nasceu como a maior premiação da comunicação na Amazônia.

Os melhores trabalhos jornalísticos de 2013 e os profissionais que mais se destacaram ao longo do ano

foram os grandes homenageados na noite de entrega do prêmio, que ocorreu no dia 05 de dezembro, no Hangar – Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, em Belém. Ao todo, foram distribuídas 19 honrarias nas três diferentes modalidades do prêmio. A primeira escolheu, por votação do mercado de comunicação, os melhores profissionais indicados pelos veículos em 13 categorias. Cada empresa de comunicação teve a oportunidade de indicar até três profissionais para representar o veículo na disputa que ocorreu na internet. Esta modalidade abriu espaço para todos os profissionais que trabalham diretamente com a comunicação: colunistas de notícia, colunistas sociais, apresentadores, locutores, produtores, editores, repórteres fotográficos, repórteres cinematográficos, repórteres de mídia impressa, de TV, de rádio, de web e blogueiros. Todo o processo de votação foi acompanhado pelo escritório de advocacia Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pi-

nheiro & Scaff Advogados.

A segunda modalidade, que leva o nome do jornalista Raimundo Pinto, definiu as melhores reportagens que tratavam de temas relacionados à indústria paraense. Já a terceira modalidade do Prêmio Sistema FIEPA de Jornalismo prestou uma merecida homenagem a dois expoentes do mercado da comunicação paraense: o jornalista do Diário do Pará, Frank Siqueira, e Leni Sampaio, que se aposentou recentemente da chefia de reportagem da TV Liberal.

A iniciativa de realização da primeira edição do Prêmio Sistema FIEPA de Jornalismo é da Federação. A premiação recebeu o importante apoio do Sindicato dos Jornalistas do Pará (Sinjor-PA), bem como da empresa Hydro, e teve a organização assinada pela Temple Comunicação. Vale, Mineração MRN, Sebrae e Governo do Pará patrocinam o Prêmio. ➔



## HOMENAGEADOS DA NOITE

Os jornalistas Leni Sampaio e Frank Siqueira receberam das mãos do presidente da Fiepa, José Conrado Santos, a comenda de Personalidade da Comunicação. Os dois foram escolhidos pela federação com base nos três principais conceitos preconizados pela premiação: qualidade, relevância e ética profissional.

“Sinto-me realizada profissionalmente. Acho que o reconhecimento público do nosso trabalho é a maior premiação que um profissional pode ganhar. Fiquei muito feliz e lisonjeada com a escolha da diretoria da Fiepa”, comentou a jornalista Leni Sampaio, que iniciou a carreira profissional em 1978, como redatora do departamento de jornalismo, locutora noticiarista e repórter da Rádio Clube do Pará. No fim de 1979 entrou para a TV Liberal, onde permaneceu por 34 anos. Atuando inicialmente como repórter, depois como editora, chefiou o Núcleo Regional (emissoras afiliadas do interior) e terminou na chefia de reportagem durante 15 anos. Nesse intervalo

trabalhou também na Rádio Cultura e há 27 anos como assessora de comunicação da Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri), onde permanece até hoje.

Também homenageado, Frank Siqueira ingressou no jornalismo em 1967 quando tinha pouco mais de 17 anos, como repórter setorizado da editoria de Esportes de O Jornal da Região, em Andradina, São Paulo. Fixou residência em Belém em 1975, passando a integrar o quadro de “A Província do Pará” como repórter, noticiarista e editor. Também foi chefe de reportagem da TV Marajoara, trabalhou em O Liberal e teve experiências como assessor de imprensa no Banco Nacional da Habitação (BNH), em Rio Branco (AC) e na então estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) em Belém, de 1991 a 1995.

Em 2007, iniciou sua trajetória no jornal Diário do Pará, onde permanece até hoje. Como repórter especial, seu trabalho tem hoje como tema central a economia e seus desdobramentos em áreas afins.





Fotos: Fábio Pina

# PREMIADOS

Na modalidade Personalidade do Ano, mais de 33 mil pessoas votaram nos três finalistas de cada uma das quatro categorias (TV, Rádio, Web e Impresso). O envolvimento e engajamento dos profissionais da comunicação nas mídias sociais foi uma surpresa aos diretores da Federação. “Ficamos surpresos com o envolvimento de toda a categoria neste primeiro ano do Prêmio. Acompanhamos campanhas pelas mídias sociais, o engajamento dos colegas pedindo votos para os finalistas, enfim, foi bonito de ver esse entrosamento dos profissionais da comunicação”, destacou o presidente do Sistema Fiepa, José Conrado Santos.

Levaram o troféu de vencedor na modalidade Personalidade do Ano: Amanda Pereira, da TV Liberal (Apresentador); Ana Paula Azevedo, do Diário Online (Repórter de Web); Celso Freire, da Rádio Liberal CBN (Repórter de Rádio); Christian Emanuel, do Por-

tal ORM (Colunista Social); Diego Feitosa, da TV Liberal (Repórter Cinematográfico); Diogo Puget, da TV Record (Editor); Edgar Augusto Proença, do jornal Diário do Pará (Colunista de Notícia); Fransinete Florenzano, do Blog da Fransinete Florenzano (Blogger); Irna Cavalcante, do jornal O Liberal (Repórter de Mídia Impressa); Márcia Lima, da Rádio Liberal CBN (Produtor); Marquinho Pinheiro, da Rádio Liberal CBN (Locutor); Nara Bandeira, da TV Record (Repórter de TV) e Tarso Sarraf, do jornal O Liberal (Fotógrafo).

Emocionado com o prêmio de melhor locutor de 2013, Marquinho Pinheiro falou sobre sua paixão pelo jornalismo e pelo rádio. “Ser premiado como locutor do ano e receber o troféu desta premiação realizada pela Fiepa, uma instituição idônea e respeitada por toda a sociedade, é uma emoção muito grande.”

# RAIMUNDO PINTO EMPRESTA NOME PARA PREMIAÇÃO

Jornalista e grande aliado na cobertura de pautas econômicas e na divulgação dos temas de maior interesse do estado, Raimundo Pinto foi um dos profissionais mais completos de sua geração. Atuante nos cadernos de economia, ele também foi um dos primeiros editores da revista Pará Industrial, o periódico do Sistema Fiepa.

Na modalidade Prêmio Especial Jornalista Raimundo Pinto, foram premiados os melhores trabalhos divulgados pelos veículos de comunicação no período de agosto de 2012 a agosto de 2013. Das 37 reportagens inscritas, um júri formado por representantes da indústria e profissionais da comunicação escolheu 12, indo as três melhores de cada uma das quatro categorias (TV, Rádio, Web e Impresso) para a disputa final.



## IMPRESSO

Fabício Queiroz, autor da reportagem Logística Reversa – o bumerangue da produção industrial, veiculada na Revista Amazônia Viva, do Jornal O Liberal, foi o vencedor da categoria impresso. Os outros concorrentes foram o jornalista Ismael Machado, com a série de reportagens do Diário do Pará sobre a usina hidrelétrica de Belo Monte, e Moisés Sarraf e Tarso Sarraf, de O Liberal, com a matéria “Usina não garante energia em Tucuruí”.





## RÁDIO

Quem também levou para casa o cheque de R\$ 10 mil foi a jornalista Tatiane Helen Costa Dias, repórter da Rádio Cultura FM. Ela foi destaque com sua matéria CAMTA – O sabor natural da Amazônia. Tatiane concorreu com duas reportagens do jornalista Celso Freire, da Rádio Liberal CBN: “Indústria descobre o caroço de açaí: as vantagens do resíduo do fruto como matéria-prima e insumo para o segmento industrial paraense”, apresentada por Celso e Cira Vasconcelos Pinheiro; e a matéria “Senai desafia queda de empregos no setor industrial”.



## TV

Na categoria TV, a grande vencedora foi a reportagem Eclusas Ociosas, produzida pela equipe da TV Liberal e veiculada no Jornal Nacional da Rede Globo. Alessandra Barreto, Fabiano Villela, Jeffersom Oliveira, Jorge Ladimar, Ronaldo Pinheiro e Yuri Daniel saíram com o troféu e certificado na mão, além do valor de R\$ 10 mil. A equipe concorreu com duas matérias inscritas pela jornalista Úrsula Vidal, do SBT: “Histórias da gente – FLORAPLAC” e “Ideias que transformam – FIPA 2013”, produzida em conjunto com os profissionais Patrícia Gonçalves e Marcos Wilson.



## WEB

Na categoria Web, o trabalho premiado foi a matéria O mercado paraense do pão nosso de cada dia, do jornalista do Portal ORM, Bruno Magno. Ele disputou o prêmio com a matéria “Empresários do Pará reclamam de atraso em obra de hidrovia”, produzida pelo jornalista Ingo Müller e publicada no portal G1 Pará, e a matéria “Sem incentivo, indústria de cosméticos paraense não acompanha êxito do setor no Brasil”, da jornalista Karla Soares, veiculada no Portal ORM.





# Carta do Pará

O 3º Fórum Multilateral de Negócios no Mercosul, promovido pela Federação de Câmaras de Comércio e Indústria Venezuela/Brasil, reunido nos dias 1 e 2 de outubro de 2013, no Hotel Hilton, em Belém do Pará, através da “Carta do Pará”, resolveu as seguintes deliberações que serão encaminhadas às autoridades competentes, nacionais e estrangeiras:

I – que haja um aproveitamento energético da biomassa residual (energia de biomassa). Incentivo a projetos de usinas de gaseificação de biomassa residual da Amazônia. Ex.: caroço de açaí, casca de castanha, casca de cupuaçu, restos madeireiros e florestais, restos agrícolas, etc. Essa tecnologia permite gerar energia de forma descentralizada, em comunidades isoladas e municípios que dependem do diesel, substituindo a fonte fóssil, poluidora pela biomassa residual.

II – incentivo a projetos e usinas de aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos através da tecnologia de pirólise, que não é incineração. A pirólise converte os re-

síduos sólidos em gás, com o aquecimento da matéria, sendo feita sem a presença do oxigênio, por isso não produz emissões atmosféricas, como a incineração. Esse gás produzido, depois de filtrado, tem poder energético agregado, podendo ser usado em grupos geradores, turbinas e caldeiras.

III – que sejam priorizados estudos na direção de haver um aproveitamento pleno das usinas hidroelétricas na Região Amazônica, utilizando-se da total capacidade das suas águas, excluindo-se esta ideia hoje em vigor das hidroelétricas a fio d’água, pois com o passar do tempo, os problemas ecológicos e econômicos serão muito maiores e que as hidrovias e eclusas sejam inseridas como compensação ambiental, como em alguns países europeus.

IV – proposta da grande Hidrovia Sul-americana, onde serão ligadas à Bacia do Prata, a Bacia Amazônica e a Bacia do Orinoco, onde haverá a integração dos países sul-americanos, pertencentes ao MERCOSUL ou outros blocos econômi-

cos. Compreendido como um projeto de integração da América do Sul, através das suas veias hidroviárias que remontam ao século XIX, na grande e esquecida obra de Eduardo Guimarães “A Navegação Interior do Brasil”, apresentada em Paris, em 1869.

V – que seja elaborada uma legislação uniforme do MERCOSUL, onde os seus participantes saibam as regras pré-estabelecidas tanto judiciais, quanto extrajudiciais, incluindo-se a mediação e arbitragem.

VI – que haja uma padronização de procedimentos aduaneiros e fronteiriços e sua consequente desburocratização, além do investimento em infraestrutura logística, portuária, aeroportuária, rodoviária que é fundamental.

VII - que se facilite o acesso aos organismos de financiamento, por parte das micro, pequenas e médias empresas.

VIII – que haja um enquadramento do setor de comércio, servi-



3º FÓRUM  
MULTILATERAL  
DE NEGÓCIOS NO  
MERCOSUL

ços, como beneficiários da integração internacional, usando a desoneração fiscal e tributária, deste relevante setor que tem função socioeconômica de extrema relevância por sua participação acima de 60% do PIB dos países membros e dos futuros participantes.

IX – que seja implantado, em especial na região norte, um escritório regional do BNDES, nos moldes dos existentes em sua estrutura organizacional, isonômica aos de Recife (região nordeste) e São Paulo (região sudeste), visando a que esta relevante instituição dinamize a atração de investimentos de nível regional e internacional, viabilizando o fomento à integração econômica.

X – que sejam colocados em votação no Congresso Nacional Brasileiro, em caráter de urgência, todos os acordos referentes à tributação em tramitação e que correspondam aos países membros do MERCOSUL.

XI – que seja efetivado e incrementado o intercâmbio social e po-

lítico, entre as universidades e sociedade civil organizada, com troca de experiências e que sejam ouvidas, discutidas e atendidas no âmbito do MERCOSUL.

XII – que seja implementado plenamente o Acordo de Cooperação e Incentivo ao Turismo, firmado nesta data, no âmbito do 3º Fórum, por Federação de Câmaras de Comércio e Indústria Venezuela/Brasil, Aregala Brasil – Associação de Restauradores Gastronômicos das Américas, Ingala Venezuela – Instituto Gastronomico y Turistico Latinoamericano, Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, União dos Parlamentares Sul-americanos e do MERCOSUL e Câmara de Comércio e Indústria do Suriname, que prevê a criação e o desenvolvimento de festivais de hospitalidade gastronômica com os países membros do MERCOSUL, a cooperação e implantação de uma rede de qualificação de escolas técnicas, faculdades e universidades do MERCOSUL destinadas ao atendimento das áreas de turismo, gastronomia e hospitalidade e a organização de ações sociais em

prol de segmentos menos favorecidos das sociedades Latino-americanas e do Caribe enquanto alimentação, nutrição, saúde e qualidade de vida.

XIII – que sejam criadas a Bienal de Artes Afro-Mercosul, o Instituto Cultural Internacional Afro-Mercosul, de nível superior, e o Grupo de Temas Afro no âmbito do MERCOSUL, para que a contribuição histórica das comunidades afro em nosso continente possam ter o devido reconhecimento e participação no processo de integração.

Diante da síntese das manifestações da Augusta Plenária deste Fórum Multilateral, entendemos que seja esta encaminhada às autoridades competentes, a fim de que haja conhecimento e vontade política para adoções de medidas concretas e céleres que ecoem o clamor dos desejos dos participantes deste Fórum Multilateral.

Belém do Pará, 2 de outubro de 2013.

Aclamado por unanimidade.

# Um gás na competitividade

**PROGRAMA DA FIEPA QUALIFICA EMPRESAS VISANDO GRANDES INVESTIMENTOS NO INTERIOR DO PARÁ**

O estado do Pará deve receber, até 2016, mais de R\$ 130 bilhões em investimentos, provenientes, em sua maioria, da iniciativa privada. O levantamento foi feito pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), com o apoio da Rede de Desenvolvimento de Fornecedores (Redes), e divulgado na 3ª edição do Guia Pará Investimentos 2012-2016. Desses recursos, que serão injetados nas mais diversas regiões do território paraense, 77% já estão sendo ou serão aplicados fora dos municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Belém, sinalizando que o grande momento econômico do estado está no interior.

Os principais responsáveis por essa perspectiva bilionária de recursos são os grandes projetos que estão se instalando por aqui. Juntos, eles deverão gerar perto de 20.100 novos postos de trabalho e mais de 160 mil empregos diretos até os próximos três anos. Da percentagem total de investimentos, a maior parte será empregada na região do Carajás, com 53% dos recursos. A principal empresa instalada nessa região é a Vale, que, só no Projeto S11D, em Canaã dos Carajás, investirá R\$ 24 bilhões para duplicar a produção de minério de ferro.

Dos outros 47% restantes de investimentos, 23% serão aplica-



Marcel Sousa, coordenador da Redes

dos em projetos desenvolvidos na Grande Belém e 24% na região do Tapajós. Nesta última, as empresas Alcoa, MRN – Novas Minas, Belo Sun - Ouro e o Consórcio Construtor de Belo Monte, que, sozinho, vai investir R\$ 30 bilhões na construção da Usina Hidrelétrica, são os principais responsáveis por alavancar a economia. Dentro desta região, os municípios mais beneficiados com os investimentos são Altamira – onde está se instalando a Usina –, Santarém, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Terra Santa e Santarém.

Para o presidente da Fiepa, José Conrado Santos, identificar o volume de recursos por região é fundamental para que seja possível trazer as melhores estratégias de qua-

lificação das empresas locais, fazendo com que se tornem fornecedoras dos grandes projetos. “Quando agimos sabendo onde estão os recursos e em quais áreas eles serão aplicados, podemos trabalhar de forma mais clara com as empresas, a fim de, por meio das qualificações, torná-las competitivas. Nossa principal intenção é que os recursos desses grandes investimentos sejam internalizados, promovendo o desenvolvimento do Pará”, ressalta Conrado.

É pensando estrategicamente que a Fiepa vem intensificando sua atuação nas regiões oeste, sudoeste e sudeste paraense, onde estão inseridos importantes polos industriais. Por meio do seu Programa de Integração Empresarial, a Federação, com o apoio da Redes, trabalha levando cursos, palestras, programas de qualificação e certificação empresarial aos empresários e investidores paraenses, tudo com o objetivo de criar um ambiente favorável para negócios e também de contribuir para o aumento de competitividade das empresas locais.

Os cursos de Selo da Qualidade, Gestão Empresarial, Cadastro, Crédito e Cobrança, Gestão Financeira, Gestão de Pessoas e Empretec, são ministrados pelo Sebrae e Universidade Corporativa, da Associação Comercial do Pará (ACP), institui-



ções de referência em capacitação empresarial. “Atualmente temos base em quatro municípios fora da capital (Santarém, Altamira, Marabá e Canaã dos Carajás) e damos suporte para mais 16 municípios. Com esse trabalho de qualificação intensificado, conseguimos contribuir com o aumento da prestação de materiais e serviços das empresas locais. Hoje, 51% de todas as compras realizadas pelos projetos industriais são do próprio estado. Isso representa um avanço no trabalho, nas inovações e soluções da Redes/Fiepa na gestão dos fornecedores”, comenta Marcel Souza, coordenador da Redes.

Desde o ano de 2000 a Fiepa, por meio da Redes, já qualificou mais de 2.200 fornecedores entre cursos, palestras, assessorias, consultorias e certificações. Uma das empresas beneficiadas com as ações do Programa de Integração Empresarial foi a MRV Locação, situada em Canaã dos Carajás, que participou, no ano passado, do curso de Selo de Qualidade. Segundo o proprietário da empresa, Evandro Sousa, a qualificação rendeu um crescimento imediato nos negócios, inclusive fechando contrato com a Vale, prestando serviços diretos para o

Projeto S11D, sendo responsável pelo transporte de combustível e abastecimento de geradores.

“A ação da Fiepa com a Redes tem sido de suma importância para nós, até por ser uma instituição consolidada e, por isso, abrir um leque de oportunidades para que outras empresas conheçam nossos serviços. Agora nós já entramos nos editais de licitações com muito mais confiança, pois hoje adquirimos mais experiência de como agir e quais caminhos seguir, a partir dessas qualificações. Prestar serviços para uma das maiores mineradoras do mundo mostra que conseguimos passar uma confiança que é fundamental para qualquer empreendimento”, comemora Sousa.

Atuando há quase setenta anos com o objetivo de qualificar o empresariado paraense, a Associação Comercial e Empresarial de Santarém (ACES) tem sido uma grande parceira da Fiepa na região oeste. Uma das ações conjuntas entre as duas instituições foi a realização de palestra, em outubro, por um dos gerentes do BNDES de Brasília, explicando como os empresários locais podem pegar financiamento para expandir seus negócios. “Sabemos que ainda precisamos avançar na

quantidade de fornecedores locais para atender a estes grandes empreendimentos, mas com a presença da Fiepa/Redes locado em nossa cidade, com certeza tornou-se possível melhorar essa relação com os grandes projetos”, avalia Alberto Batista de Oliveira, presidente da ACES.

As ações do Programa de Integração Empresarial também são avaliadas positivamente pela gestão estadual, pois com as qualificações do empresariado local, os recursos gastos pelos grandes empreendimentos com os fornecimentos de bens e serviços, antes buscados de fora do estado, estão cada vez mais ficando no Pará e, consequentemente, gerando desenvolvimento e riquezas. “Quando você qualifica o fornecedor você o coloca em condições de participar de licitações, concorrências e ganhá-las. Com isso, ele ganha a oportunidade de ampliar seu espaço físico e gera novos empregos. Isso é um ‘efeito cascata’: você capacita, torna competitivo, ele ganha as concorrências, licitações, ele tem que expandir e a expansão gera emprego e renda, o que traz benefício para o estado do Pará”, analisa o secretário de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom), David Leal. ➔

## A responsabilidade penal da pessoa jurídica

**INCOMPATIBILIDADES NAS LEIS BRASILEIRAS PODEM ABRIR PRECEDENTES PARA A PENALIZAÇÃO DAS EMPRESAS MESMO SEM O ENVOLVIMENTO DE UMA PESSOA FÍSICA**

“A responsabilidade penal da pessoa jurídica é, seguramente, o tema mais problemático no âmbito da legislação criminal ambiental”, afirma o advogado Filipe da Silveira, associado do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro e Scaff – Advogados. A avaliação se baseia na estrutura do Direito Penal Brasileiro, fundamentado em uma concepção eminentemente humana da conduta. “Somente o homem (pessoa física) é considerado capaz de cometer atos lesivos suficientemente reprováveis e merecer a aplicação da pena. Isso significa que o Direito Penal é fundado no princípio da culpabilidade, o que exige do ‘agente criminoso’, consciência, vontade e capacidade de compreensão do fato e de sua ação ou omissão para que possa ser responsabilizado por um crime”, explica.

Assim, a pessoa jurídica, sendo um ente desprovido de consciência e vontade, não poderia ser considerada penalmente responsável, por não ser possível que pratique condutas tipicamente humanas. A empresa “não possui capacidade de ação; não age com culpabilidade (capacidade mental de entender e de querer) e nem com potencial consciência da ilicitude (capacidade de entender o caráter injusto de sua ação); como as penas têm a finalidade de prevenir crimes e reeducar o infrator, de nada

adianta aplicá-las às pessoas jurídicas, por serem incapazes de assimilar tais efeitos”, justifica o advogado.

Mesmo com todas as incompatibilidades estruturais existentes, passou-se a se compreender ser possível, no Brasil, a responsabilidade penal da pessoa jurídica, a partir da dicção do art. 225, §3º da Constituição Federal que estabelece que “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”.

Silveira explica que a partir da leitura dessa norma constitucional, compreendeu-se que as empresas poderiam ser responsabilizadas criminalmente, o que foi posteriormente regulamentado com o advento da Lei Ordinária nº 9.605/1998. A lei determina a responsabilidade penal do ente coletivo, estabelecendo os seguintes parâmetros: “as pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade”.

Para que a pessoa jurídica seja criminalmente responsabilizada, deve-se obedecer aos seguintes critérios: (A) a infração deve ser come-

tida por decisão de seu representante legal ou contratual ou de seu órgão colegiado; (B) o crime deve ser cometido no interesse ou no benefício da empresa. Isso significa, segundo Silveira, “a adoção da responsabilidade penal da pessoa jurídica por meio da teoria da dupla imputação: para que a pessoa jurídica seja processada é necessário que também se demonstre quem é a pessoa física, vinculada à pessoa jurídica, responsável pelo ato criminoso, além da demonstração de que o crime foi cometido no interesse ou no benefício do ente moral”.

### A EMPRESA FALHA, ELA PAGA

Recentemente, o caso da Petrobras – processo em tramitação – chamou atenção sobre esse tema. Foi noticiada a existência de uma ação penal que foi ajuizada no estado do Paraná contra a pessoa jurídica, o presidente da empresa e contra o superintendente da refinaria. A acusação diz respeito a um suposto rompimento de um duto em refinaria situada no município de Araucária, em 16 de julho de 2000, que teria provocado o derramamento de quatro milhões de litros de óleo cru, poluindo os rios Barigui, Iguaçu e áreas ribeirinhas.





Contra essa acusação o presidente da Petrobras teria conseguido uma ordem de *habeas corpus* para excluí-lo do processo penal, pois a denúncia não teria conseguido demonstrar a relação entre o vazamento e sua atuação como gestor da empresa. De igual forma, também por *habeas corpus* – julgado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) –, o superintendente obteve pronunciamento judicial favorável a sua exclusão do processo.

“Por conta disso, o STJ, ao verificar que as pessoas físicas envolvidas no caso haviam sido excluídas do processo penal, determinou o trancamento da ação em relação à empresa, pois para que a pessoa jurídica seja processada pela prática de um ilícito penal é necessário que também se demonstre quem são as pessoas físicas vinculadas à pessoa jurídica responsáveis pelo ato criminoso, além da demonstração de que o crime foi cometido no interesse ou no benefício do ente moral”, analisa Silveira.

Contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público Federal interpôs Recurso Extraordinário (RE) nº 548.181 no STF, o qual foi distribuído para a Ministra Rosa Weber, da 1ª Turma. Ao julgar esse recurso a 1ª Turma do STF, por maioria de votos, entendeu que o art. 225, §3º da Cons-

***Teoria da dupla imputação: para que a pessoa jurídica seja processada é necessário demonstrar quem é a pessoa física, vinculada à empresa, responsável pelo ato criminoso, além de provar que o crime foi cometido no interesse do ente moral.***

tituição do Brasil não estabelece nenhum condicionamento ou critério para a fixação da responsabilidade penal da pessoa jurídica, razão pela qual a teoria da dupla imputação adotada pelo Superior Tribunal de Justiça não poderia limitar o conteúdo do texto constitucional.

Assim, o Recurso Extraordinário foi julgado parcialmente provido para que a ação penal movida pelo Ministério Público Federal possa ser iniciada contra a pessoa jurídica, sem que seja necessário apontar quem seria a pessoa física que determinou o cometimento da infração. “Observe-se, portanto, que ainda não houve condenação da empresa. O Tribunal Constitucional apenas permitiu que a ação penal fosse iniciada contra uma pessoa jurídica sem que o órgão acusador estivesse obrigado a dizer quem seriam as pessoas físicas envolvidas no evento supostamente criminoso”, atenta o advogado.

“Cumprе salientar que essa de-

cisão do STF cria um perigoso precedente jurisprudencial, pois caso esse entendimento venha a prevalecer, será possível que se iniciem processos contra empresas sem se investigar sobre a responsabilidade individual (subjеtiva) da pessoa que determinou ou de fato praticou o crime, permitindo-se, a partir disso, a responsabilidade penal objetiva que, como já visto, é proibida no direito brasileiro”, alerta Silveira.

Para se proteger, o advogado orienta que todas as empresas devem adotar um modelo de *compliance* (regras de conduta), especialmente em sua operação. Quanto mais claros e objetivos forem esses conjuntos de disciplinas para fazer cumprir as normas legais e regulamentares, mais fácil será determinar quando ocorre uma ação criminosa desvinculada da atividade da empresa, permitindo assim um melhor prognóstico na sua defesa criminal. “Imagine-se, por exemplo, um gerente de operação que, para executar uma determinada tarefa, desobedece os conjuntos de disciplina estabelecidos pela empresa, para facilitar seu dia a dia. A partir desse fato é possível afastar a responsabilidade penal da empresa já que a decisão que levou ao ato ilícito decorreu de um posicionamento individual e desvinculado de um colaborador”, exemplifica. ◀



## AS DIFICULDADES DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

**MARCELO ALEXANDRE SILVA FILHO**

ESTAGIÁRIO FIEPA E ESTUDANTE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NA UNIVERSIDADE DA AMAZÔNIA

O potencial de exportação brasileira, em termos de valores exportados, teve acréscimo de aproximadamente 0,3% no mês de outubro, em detrimento do mesmo período do ano de 2012. A mesma fonte informa que a atual expansão do superávit brasileiro se deve às vendas de produtos básicos, como a soja (em especial a moída), minério de ferro, carne de frango, bovina e suína, etc. Já, perante o acumulado dos meses janeiro/setembro de 2013, as remessas de bens ao exterior concentram-se nos industrializados (49,6%), porém esse equilíbrio tende a favorecer os bens básicos que apresentam crescente participação (48,1%) nas exportações brasileiras. Apesar de ainda conseguirmos resultado positivo na balança comercial, a mesma não nos oferta segurança competitiva no mercado internacional.

A abertura do mercado brasileiro ao fluxo de investimentos externos diretos e às importações de bens de consumo e de capital, acarretando a falência inevitável de inúmeras indústrias nacionais, foi bastante recente, ainda na década de 1990. Não podemos simplesmente culpar esse processo, tão benéfico para a trajetória de inserção da economia brasileira no mercado internacional. Entretanto, o processo de incentivo às indústrias para o aumento de sua competitividade interna e externa, foi *a priori* introduzido muito rapidamente, ignorando a fase de adaptação das empresas à nova conjuntura. Veja os exemplos das potências emergentes asiáticas, mais especificamente a Coreia do Sul nos anos 1970, 80 e 90, nos quais a proteção às indústrias foi sendo retirada paulatinamente, até que elas estivessem preparadas para enfrentar o mercado internacional. Postura essa que a política industrial brasileira distorce, fornecendo subsídios durante décadas sem implicar em ganhos relativos para a indústria nacional em termos de competitividade. Logo, a desindustrialização, pegando carona nos altos preços das *commodities* e na demanda chinesa, tende a ser uma realidade corrente diante ao fraco e depen-

dente incremento na balança comercial.

A administração do ministro Mantega tem tentado reverter essa conjuntura industrial de índices de baixo crescimento com medidas de incentivo ao consumo através da desoneração da folha de pagamento, redução dos juros para algumas indústrias e setores, além da desoneração de alguns impostos do PIS, IPI e Confins. No entanto, as medidas ainda não são suficientes para alavancar um crescimento estável na indústria, quando ainda temos uma das cargas tributárias mais pesadas do mundo, sem esquecer de mencionar que a infraestrutura de escoamento da produção encontra-se insuficiente e incapaz de atender às necessidades de crescimento do país e das demandas internacionais.

Essa realidade, portanto, deve ser revertida com o intuito principal de agregar valor ao produto nacional, verticalizando a produção industrial dentro dos setores estratégicos. As melhorias na infraestrutura econômica – incluindo transporte (logística), telecomunicações e energia –, a fim de conferir maior sustentabilidade econômica e, concomitantemente, alterar o modelo de inserção do país na economia globalizada, não podem ser esquecidos. Além desses aspectos internos, é extremamente relevante observar quais são as limitações externas, em matéria de cooperação econômica, que estão prejudicando a expansão e o aprofundamento da produção brasileira. O pragmatismo comercial deve estar presente durante as negociações diplomáticas, especialmente dentro do âmbito do Mercosul. ☞



Ilustração: Antonio Machado



## OUVIR É A MELHOR ESTRATÉGIA PARA SUA MARCA NAS REDES SOCIAIS

**ALEX RAMÔA**

COORDENADOR DE CRIAÇÃO NA TEMPLE COMUNICAÇÃO E INTELIGÊNCIA SOCIAL

“Uma marca não é mais o que nós dizemos que é, e sim o que os consumidores dizem uns aos outros sobre o que ela é.”

SCOTT COOK\*

É curioso que ainda existam empresas e organizações que se perguntam se devem mesmo ter um perfil ativo nas redes sociais. Lembro que quando a internet começou, dúvida similar existia em relação aos websites institucionais: “devemos criar um também?”, “só uma página simples ou um site completo, robusto?”, “deve ter área de contato? Mas e se os clientes usarem para SAC?”.

Hoje os *websites* são os principais canais de informação institucional de qualquer marca. As redes sociais, por outro lado, estão se firmando como canais de relacionamento por excelência. Mas ainda há quem opte por manter sua marca longe de tudo isso, acreditando que assim ela permanecerá protegida desse turbulento redemoinho de opiniões, egos e informações. Um engano.

A máxima já é óbvia: sua marca está nas redes sociais, mesmo que não tenha chegado lá por iniciativa própria.

O mundo social online tem suas próprias regras e códigos de convivência. Nesse universo, tempo e espaço são conceitos verdadeiramente relativos. As pessoas estão conversando em todo lugar, a qualquer hora, com pessoas de todo lugar, sobre qualquer coisa. E um assunto que foi notícia há anos pode voltar a ser um “hit” de popularidade a qualquer momento, sem aviso prévio ou motivo concreto. Na web, nada se perde, tudo continua a circular para sempre, com maior ou menor grau de visibilidade.

Essa realidade requer das marcas estratégias cuidadosas na aventura diária de angariar seguidores, entusiastas e os tão sonhados evangelizadores. O segredo do sucesso é ser relevante, tenha você um perfil com CPF ou CNPJ.

Por isso, a primeira pergunta que você deve responder quando pensar em pôr sua marca nas redes sociais

é “como podemos ser relevantes para nosso público?”. Mas calma. Antes de sair respondendo é preciso ouvir. Praticar o que o marketing digital vem chamando de *social media listening* (ou *monitoring*) é fundamental para não confundir o que você e seu time acham importante com o que o público de sua marca realmente valoriza e quer/precisa saber de sua empresa, produto ou serviço.

*Social media listening* são práticas de acompanhamento, medição e gestão que ajudam a identificar o que está sendo dito sobre a marca ou mercado a partir de ferramentas de monitoramento. Os dados que resultam desse trabalho podem se transformar em *insights* que dão mais precisão ao marketing e aos planos de comunicação da empresa. Também podem otimizar campanhas publicitárias, municiar estratégias de conteúdo social para promoção de produtos e serviços, apoiar a identificação e o envolvimento dos principais influenciadores e, sobretudo, ajudar a esclarecer os fatores que interferem na “saúde” de sua marca.

Este é o maior desafio para os tomadores de decisão no mundo 2.0: saber interpretar. Não apenas ouvir, mas saber utilizar estrategicamente os *insights* resultantes do burburinho social digital.

Você pode optar por fazer parte da conversa online sobre sua marca e contribuir para direcioná-la, ou por deixar a conversa fluir livremente, sem sua participação, deixando para outros o controle sobre o que é dito. Mas lembre-se: as razões por trás do sucesso e do fracasso de grandes marcas são, na maioria das vezes, questão de pura percepção. E nas redes sociais, isso é ainda mais verdadeiro.

A chave para o sucesso é ouvir, engajar e construir relacionamentos. ☞



\* Scott Cook é um dos fundadores da Intuit e membro dos conselhos de administração da eBay Inc. e The Procter & Gamble Company.



# Sustentabilidade orienta a nova economia

**EMPRESAS RESGATAM VALORES PARA GARANTIR  
QUE SEUS NEGÓCIOS DESENVOLVAM A  
ECONOMIA, O HOMEM E O MEIO AMBIENTE**

**“Não existe nenhuma empresa líder em seu segmento que não tenha algum tipo de prática de sustentabilidade.”**

**RICARDO VOLTOLINI, CONSULTOR EM SUSTENTABILIDADE**

Foto: Bruno Carachestri



**D**esenvolver empreendimentos e manter a rentabilidade dos negócios de maneira aliada aos conceitos da sustentabilidade tem sido o desafio da indústria ao redor do mundo. Para algumas instituições, apostar na iniciativa requer investimentos altos que não trazem benefícios financeiros imediatos; já outras empresas acreditam que essa é uma postura a ser adotada apenas pelas grandes companhias. Em paralelo a esses conceitos, há empresas que já nascem com a sustentabilidade no DNA.

O fato é que a sustentabilidade já é, há alguns anos, um fator determinante para a conquista de novos investimentos e para a manutenção dos negócios, seja de microempresas, seja de multinacionais. Um dos primeiros consultores em Sustentabilidade do Brasil, Ricardo Voltolini, afirma que não existe nenhuma empresa líder em seu segmento que não tenha algum tipo de prática de sustentabilidade. E o mais curioso: existem muitas empresas que já praticam esse tipo de ações e nem sabem.

Apesar disso, é preciso manter o olhar crítico ao cenário. “Ter ações ligadas à sustentabilidade não quer dizer que as empresas estão vivendo uma transformação radical na sua forma de ver o assunto. No entanto, podemos apontar esse cenário

como um estágio para o que consideramos como ideal, que seria colocar a sustentabilidade na estratégia central do negócio, isto é, considerar a sustentabilidade como importante na tomada de decisões”, detalha Voltolini.

A temática é tão atual e importante que já é um diferencial de mercado. “As empresas que ainda não praticam ações de sustentabilidade, como investir em transparência, responsabilidade social e ambiental, devem identificar os principais impactos que isso provoca. Quem insiste em práticas abusivas não sobrevive, porque a sociedade não aceita mais isso”, explica.

Entre os exemplos de novas posturas e comprometimento com a sustentabilidade está o projeto da Alcoa instalado em Juruti, no oeste paraense. Desde o início de sua atividade na região, voltada para a produção de bauxita, matéria-prima do metal alumínio, a empresa assumiu o desafio de desenvolver um modelo de operação equilibrado, que atendesse rigorosos padrões de saúde e segurança, aliado ao diálogo com a comunidade e a conservação do meio ambiente. Com isso, a Alcoa Juruti consolida-se como uma das empresas com melhores práticas de responsabilidade socioambiental na Amazônia.

Entre os diferenciais sustentáveis em Juruti está a Agenda Positiva, desenvolvida em parceria com a prefeitura e a Câmara Municipal. A iniciativa consiste em um conjunto de ações voluntárias da companhia acordadas com o poder público do município e ouvindo a comunidade, que abrange as áreas de saúde, educação, cultura, segurança pública e assistência social, infraestrutura rural e urbana e meio ambiente.

A Agenda Positiva contempla 54 ações, das quais 46 já foram concluídas e entregues à população, duas estão em andamento e seis ainda serão iniciadas. Entre as obras já concluídas, estão o Hospital 9 de Abril, a ampliação do Hospital Municipal, escavação de poços profundos que abastecem a cidade, construção do Conselho Tutelar e do Complexo Judiciário, entre outras iniciativas. “Antes de recebermos a licença de instalação, realizamos reuniões e audiências públicas com a comunidade, instituições públicas e privadas, e demais partes interessadas para falar sobre a chegada da Alcoa na região. A partir dos dados coletados, foram construídas e planejadas várias ações que demonstram o cuidado da companhia com as pessoas da região”, diz Claudio Vilaça, gerente geral da Alcoa Juruti. ➔

Em Juruti, a Alcoa incentivou ainda uma proposta de modelo de desenvolvimento local, conhecido como Modelo Juruti Sustentável. Em conjunto com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a empresa acompanhou a construção de um Conselho Consultivo (Conjus), um Fundo de Financiamento (Funjus) e dos Indicadores de Desenvolvimento, utilizados para medição e acompanhamento do crescimento socioeconômico contínuo do município. A iniciativa é pioneira no estado e já serve de modelo para outros projetos.

“A aposta da companhia na região favorece o fortalecimento do mercado de mineração no Pará e estimula a geração de novos empregos. Hoje, temos aproximadamente 1.800 funcionários diretos e indiretos, sendo que 75% dessa mão de obra é paraense”, detalha Claudio Vilaça.

## AVANÇOS

Para o Sesi Pará, que também atua na área do desenvolvimento sustentável com ações voltadas para as empresas, como o Programa Educação para a Sustentabilidade, o interesse pelo tema tem crescido, o que só traz pontos positivos. O programa apresenta questões relacionadas à sustentabilidade e é apresentado no formato de palestras. O homem e o meio ambiente, reciclagem e consumo consciente são temas oferecidos de forma integrada, dando mais conteúdo sobre o conceito e esclarecendo questões junto aos trabalhadores das indústrias paraenses.

A procura por esse serviço específico tem aumentado bastante recentemente e hoje muitas empresas solicitam as palestras como forma de informar seus funcionários. Outro serviço oferecido é o

“Entendemos que a empresa começa a reconhecer que para se manter no mercado é necessário respeitar os aspectos econômico, ambiental e social.”

JACILAINE SOUZA, GERENTE DE SAÚDE E RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Modelo Sesi de Sustentabilidade no Trabalho, onde uma empresa contrata a instituição para aplicar uma ferramenta de diagnóstico interno que faz um levantamento do *status* atual da empresa e como ela deve introduzir a sustentabilidade em suas ações. “Consideramos esse cenário muito positivo. Entendemos que a empresa começa a reconhecer que para se manter no mercado é necessário respeitar a estrutura que relaciona os três aspectos: econômico, ambiental e o social. Ela procura o Sesi porque sabe que precisa se engajar nesse novo mercado”, detalha Jacilaine

Souza, gerente de Saúde e Responsabilidade Social Empresarial.

Garantindo que o movimento é crescente em todo o estado, foi oficializada no mês de novembro a Aliança Tapajós, um protocolo de cooperação multi-institucional voltado para o fortalecimento de cadeias produtivas florestais não madeireiras, nos municípios de Juruti e Santarém (RESEX Tapajós-Arapiuns, PAE Lago Grande e seus entornos). Nestes locais já existiam iniciativas junto a projetos de assentamentos agroextrativistas e unidades de conservação de uso sustentável.

Entre os integrantes da Aliança está a Natura que, a partir de sua experiência de 13 anos com o desenvolvimento de cooperativas na Amazônia, irá prover diretrizes, informações técnicas e conhecimentos aplicados necessários para o desenvolvimento de lideranças e cooperativismo, e para que estas cadeias atendam a padrões de qualidade, rastreabilidade, boas práticas de manejo e cultivo, entre outros. As cooperativas envolvidas poderão vender seus produtos à Natura e ao mercado, proporcionando, assim, o escoamento da produção local.

Parte dos recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades terá como origem a Alcoa e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), enquanto outra parte virá de parcerias do Projeto Saúde e Alegria, que tem forte atuação em Santarém, com análise de cenários e conjunturas locais. Nesse sentido, a entidade produz diagnósticos participativos que facilitam o acompanhamento dos resultados pelas próprias comunidades e o planejamento conjunto das ações, oferecendo instrumentos para apoiar a população na gestão de seu de-


envolvimento. “A iniciativa será uma oportunidade importante para o desenvolvimento das cadeias produtivas de forma sustentável na RESEX Tapajós-Arapuins, com a qualificação da assistência técnica e da produção comunitária, o que permitirá melhorar a renda dos agricultores, tanto pela venda direta sem intermediários, quanto pela comercialização com valores justos diante das perspectivas de beneficiamento *in loco* dos produtos agroextrativistas”, completa Caetano Scannavino Filho, coordenador do Projeto Saúde e Alegria. 



Foto: divulgação

❖ A Aliança Tapajós é formada por empresas que pretendem fortalecer as cadeias produtivas não madeireiras de Juruti e Santarém

# Universo do conhecimento

**COM PROGRAMAÇÕES DE CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL, O MUNDO SENAI APRESENTA AO PÚBLICO AS OPORTUNIDADES PARA QUEM QUER APOSTAR NA QUALIFICAÇÃO PARA O MERCADO**

Segundo dados mais atualizados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), 74 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, estão desempregados. Em percentuais, essa taxa de desocupação equivale a 12,4% dos 620 milhões de jovens em todo o mundo. A previsão da OIT é de que a desaceleração da atividade econômica tire os empregos de outros 500 mil até 2014, atingindo a taxa de 12,8% em 2018, quase três vezes a taxa média atual do Brasil.

Contrariando esses dados desanimadores, o estado do Pará tem causado inveja em muitos países com economia mais robusta. Em 2012, o Pará teve um recorde no número de admissões, 376.641, o maior desde 1992, segundo pesquisa divulgada pelo Dieese-PA. Do saldo total de postos de trabalhos no Norte em 2012, perto de 90% foram gerados no Pará. No primeiro semestre deste ano, o saldo na geração de empregos continuou subindo e foi superior a oito mil postos, desempenho superior ao registrado nos demais estados da região.

Dentro desse cenário positivo, o setor industrial deve ser responsável por mais de 100 mil oportunidades de emprego para trabalhadores em nível técnico e em áreas de média qualificação até 2015, no estado do Pará. A estimativa está no Mapa do Trabalho Industrial, estudo realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) como forma de planejar a oferta de formação profissional da instituição. Os grandes projetos que estão se instalando no estado (ver matéria da página 34) são os que mais precisam de mão de obra qualificada.

Um desses grandes investimentos será feito pela Votorantim Metais, com a implantação de uma refinaria de alumina e uma mina de bauxita em Rondon do Pará. Para este empreendimento, o Senai será o grande parceiro na capacitação de profissionais que serão contratados para as obras. Segundo o coordenador de sustentabilidade da em-

presa, Sérgio Oliveira, o objetivo da parceria é atender cada vez mais a mão de obra local. “Atendemos inicialmente 120 alunos matriculados nos cursos de ajudante de obras, armador de ferragem, carpinteiro de obras, eletricista instalador predial de baixa tensão, mestre de obras e pedreiro de alvenaria. Os módulos serão geridos pelo Senai e realizados via Programa Nacional de Acesso Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Essa qualificação permite o desenvolvimento de um conjunto de competências necessárias ao exercício qualificado de uma função e oferece certificados reconhecidos pelo mercado de trabalho”, afirma.

Com previsão de início da operação em 2017, o Alumina Rondon é





📍 Oficina de Panificação e Confeitaria no Senai Marabá

Foto: divulgação Senai

um investimento de R\$ 6,6 bilhões. A expectativa é de que o empreendimento gere, em média, mais de 6.000 postos de trabalho na fase de implantação e 1.600 quando for iniciada a etapa de produção, entre empregados próprios e contratados. “A contratação, a capacitação e a qualificação da mão de obra e de fornecedores priorizarão a população e empresários locais”, adianta Oliveira.

Segundo o estudo do Senai, as principais carências de vagas nesse perfil são de técnicos em eletrônica,

técnicos em segurança no trabalho, técnicos em eletricidade e eletrotécnica, técnicos em operação e monitoração de computadores. Ainda consta carência em trabalhadores da indústria de alimentos (cozinheiros industriais), trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos em obras civis, mecânicos de manutenção de máquinas industriais, mecânicos de manutenção de veículos automotores e eletricitistas de manutenção eletroeletrônica. ➡

**“A contratação, a capacitação e a qualificação da mão de obra e de fornecedores priorizarão a população e empresários locais.”**

SÉRGIO OLIVEIRA, COORDENADOR DE SUSTENTABILIDADE DA VOTORANTIM METAIS, SOBRE A EXPECTATIVA DOS CURSOS E EMPREGOS GERADOS PELO ALUMINA RONDON

## FORMAÇÃO TÉCNICA É BOA OPÇÃO PARA OS JOVENS

Ainda de acordo com a pesquisa, apenas 6,6% dos brasileiros entre 15 e 19 anos estão em cursos de educação profissional, número bem inferior se comparado, por exemplo, com a Alemanha, onde o índice é de 53%. O dado demonstra que não falta emprego para quem investe em formação profissional, que é hoje o principal meio de entrada no mercado de trabalho.

A ex-cobradora de ônibus, Jeniffer Gabriela Reis, é uma das que não perderam tempo na procura por se qualificar por meio de um curso técnico. Ela matriculou-se no curso de Eletromecânica do Senai e, hoje, sonha em trabalhar na Albras, uma das maiores indústrias de alumínio do mundo. “O Senai abriu meus olhos em relação ao mercado de trabalho. Acreditava que apenas homens trabalhassem nessas grandes indústrias, mas logo comecei a me identificar com o curso e me apaixonei, principalmente, pelo processo de solda e usinagem”, conta a jovem, que já planeja um futuro de conquistas com o caminho que está traçando. “Que-

ro alcançar meus objetivos e voar cada vez mais alto na minha profissão, para poder retribuir a educação que minha mãe me deu e ajudar na criação dos meus irmãos mais novos.”

Pensando em fazer com que mais pessoas conheçam as oportunidades que o investimento em educação profissional pode trazer, foi realizada no estado, em outubro deste ano, a quarta edição do Mundo Senai. O evento abre as portas de todas as unidades da instituição, oferecendo diversas opções gratuitas de palestras, mostras tecnológicas, minicursos e orientação profissional para os visitantes. Além disso, também é uma oportunidade para empresários verem de perto o que o Senai tem a oferecer de mais novo em tecnologia nos cursos de qualificação profissional.

No Pará, o Mundo Senai 2013 teve a participação de mais de 20 mil pessoas, nas 15 unidades espalhadas pelo estado. Uma dessas visitantes foi a dona de casa Joana Abreu. Preocupada com o futuro dos seus dois filhos, ela esteve no segundo dia de realização do evento na unidade do Cedam, em Belém, e levou os adolescentes para conhecerem os serviços da instituição. “Eles estão em uma fase decisiva da vida, que é o começo da escolha profissional, e aprender as-

sim, na prática, como os profissionais de várias áreas trabalham, com certeza vai contribuir para suas escolhas”, analisa Joana.

A cabeleireira Helen Amorim também visitou o Senai durante o evento. Ela participou do minicurso de panificação Festival de Bolos Regionais, setor da indústria que gerou 800 mil empregos diretos e 1.500 indiretos em todo o Brasil, segundo pesquisa da Associação Brasileira da Indústria da Panificação e Confeitaria (Abip). Helen gostou tanto do minicurso que agora já pensa em se qualificar na área. “É muito interessante o Mundo Senai porque podemos ver como está o mercado e como nós podemos nos encaixar nele, de acordo com a nossa aptidão. Já tem um tempo que não atuo na minha profissão e vejo que a área de panificação se encaixa no meu perfil. Penso em seguir esse caminho agora e melhorar de vida”, comenta Helen.

Para a coordenadora do Mundo Senai e gerente de Relações com o Mercado, Regina Noronha, o evento é uma grande oportunidade para que, principalmente o público jovem, possa conhecer na prática os benefícios de ingressar em um curso técnico, e para as empresas verem o que o Senai tem a oferecer de mais moderno na qualificação de mão de obra. “O Pará está crescendo economicamente com os empreendimentos que estão se instalando por aqui e isso, obviamente, demandará uma mão de obra cada vez mais numerosa e qualificada. Com esse evento grandioso, pretendemos não somente mostrar que o Senai é um grande celeiro de formação, mas também contribuir com a indústria e a população paraense”, destaca Regina Noronha. ❏

❏ Para Regina Noronha são inúmeras as vantagens de ingressar no ensino técnico, uma vez que o mercado para este tipo de qualificação está em expansão no Pará



Foto: Bruno Carachesti

“*Quero alcançar meus objetivos e voar cada vez mais alto na minha profissão.*”

JENIFFER GABRIELA REIS,  
ALUNA DO CURSO DE  
ELETROMECÂNICA DO SENAI



Os participantes do Mundo Senai tiveram contato com os mais diversos ramos de aprendizagem, que estão cheios de oportunidades nos próximos anos

**90%**

DOS POSTOS DE TRABALHO GERADOS NO NORTE EM 2012 ESTÃO NO PARÁ. NESTE ANO, O ESTADO BATEU O RECORDE DE 376.641 ADMISSÕES

**100 MIL**

EMPREGOS É O QUE A INDÚSTRIA PARAENSE ESPERA OFERECER ATÉ 2015

**18 MIL**

PESSOAS PARTICIPARAM DO MUNDO SENAI 2013, NAS 15 UNIDADES DA INSTITUIÇÃO NO PARÁ



Foto: divulgação Senai



# Incentivos para os futuros profissionais

**IEL E SENAI ABREM AS PORTAS PARA O ESTÁGIO TÉCNICO EM EMPRESAS**



Foto: Tarso Sarraf

Alunos de diversas áreas poderão ter contato com a prática do curso técnico

Uma parceria entre o IEL-Pará e o Senai-Pará vai possibilitar que centenas de alunos, que frequentam os cursos do Senai, realizem o estágio técnico obrigatório nas indústrias e empresas da região. A parceria foi acertada no início de novembro e a sensibilização do IEL, junto ao departamento de Recursos Humanos das empresas, segue até o final do primeiro semestre de 2014.

Os jovens que serão beneficiados são estudantes dos cursos técnicos em Mecânica, Rede de Computadores, *Design* de Móveis, Automação Industrial, Logística, Eletromecânica, Segurança do Trabalho e Eletrotécnica. Jovens que buscam se familiarizar com a prática do curso técnico, para que possam diminuir os impactos e as dificuldades de adaptação no emprego que almejam.

“O mundo está à procura de novos talentos e a vantagem competitiva está exatamente nas empresas que sabem atrair, selecionar e desenvolver profissionais para suas necessidades”, explica Lúcia Peres, diretora de Educação e Tecnologia do Senai-Pará.

“Para o aluno, a experiência no dia a dia das empresas é fundamental. É nessa fase que o estudante define em que área de sua profissão ele quer atuar, percebe eventuais deficiências e aprimora suas habilidades. Com o estágio, o mercado recebe mão de obra preparada e esclarecida. No final do processo, a própria empresa sai ganhando com profissionais melhor qualifica-

dos”, lembra Vanessa Anjos, coordenadora de Estágio e Emprego do IEL-Pará.

Lúcia Peres explica que a parceria com o IEL vai facilitar o ingresso dos alunos no mercado de trabalho, oportunizando aos jovens a formação profissional qualificada.

“O IEL realizou um ciclo de palestras sobre estágio para os alunos dos cursos técnicos do Senai. Foi a partir daí que a ideia de ampliar a parceria surgiu. A formação de um profissional nunca estará completa se ele não for, por algum momento, deslocado para o universo empresarial. Esse é o passaporte principal para que possam desenvolver suas habilidades e conseguir futuramente uma colocação no mercado”, analisa Lúcia. ➔

**É na fase de estágio que o aluno define em que área da sua profissão ele quer atuar, percebe suas deficiências e aprimora as habilidades.”**

**VANESSA DOS ANJOS,  
COORDENADORA DE ESTÁGIO  
E EMPREGO DO IEL-PARÁ**

## VANTAGENS PARA AS EMPRESAS

Diante de um mercado competitivo, que ainda enfrenta a falta de mão de obra qualificada, as empresas procuram cada vez mais identificar talentos ainda em fase de formação. O problema é nacional. Segundo pesquisa divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) este ano, esse cenário afetou 69% das empresas. Muitas delas investem em treinamentos para seus colaboradores, mas nem sempre isso é suficiente.

A contratação de estagiários nas empresas é a possibilidade que elas têm de identificar talentos e contribuir para a formação de profissionais qualificados e com bom nível intelectual. “A fase de estágio é o momento em que o aluno está com toda a garra para aprender, vencer novos desafios. Eles buscam o intercâmbio entre o que aprendem na sala de aula com a prática das organizações. Com isso, as empresas têm a chance de unir a experiência do seu time de funcionários, com a ousadia, reciclagem e atualização de informações que esse jovem traz consigo”, completa Vanessa Anjos.

Para Vanessa, ambas as partes saem ganhando: empresa e estagiário. Ela explica que, como a Lei do Estágio prevê a isenção de praticamente todos os encargos trabalhistas previstos na CLT, fica ainda mais fácil para as empresas investirem em programas, cursos e especializações para melhor qualificar esse profissional. “Por um lado, a empresa aposta em quem pode vir a ser um futuro profissional do seu quadro, assumindo áreas e atividades essenciais para o aumento da produtividade e crescimento do negócio. Por outro, o aluno se aprimora e ganha experiência profissional, garantindo qualidade de serviço e competitividade para as empresas”, diz a coordenadora de Estágio e Emprego do IEL. ◀

Foto: Tarso Sarraf



▶ O estágio é o momento da empresa identificar nos futuros profissionais um diferencial, para depois reter os talentos

Foto: Valéria Barros

**“O mundo está à procura de novos talentos e a vantagem competitiva está nas empresas que sabem atrair, selecionar e desenvolver os profissionais para as suas necessidades.”**

LÚCIA PERES, DIRETORA DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA DO SENAI-PARÁ





## CONHEÇA BOAS RAZÕES PARA SE CONTRATAR UM ESTAGIÁRIO DE CURSO TÉCNICO:

- Possibilitar o início da carreira profissional em empresa estruturada;
- Desenvolver e moldar o jovem conforme a cultura da empresa;
- Realizar atividades e planos de trabalho definidos por supervisor da empresa;
- Preparar o jovem para o mercado de trabalho e para a vida cidadã.

## REDUÇÃO DE CUSTOS PARA A EMPRESA:

- Pagamento de bolsa-auxílio (opcional), pagamento de auxílio-transporte (obrigatório). Não há pagamento de férias, 13º e FGTS;
- Carga horária máxima de estágio de 6h/dia, de segunda a sexta-feira;
- Período mínimo de estágio, 3 meses, com 7 dias de recesso ao estagiário;
- Oferta de curso EAD gratuito ao estagiário em período definido pelo IEL Nacional;
- Seguro, registro na CTPS, contrato de estágio, renovações, declaração e certificado, tudo sob responsabilidade do IEL/PA, com custo baixo à empresa;
- Recrutamento e seleção conforme perfil informado pela empresa.



# VIDA CORPORATIVA

## HOME OFFICE JÁ É O ESTILO DE TRABALHO DE MILHÕES DE BRASILEIROS



**E**m um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, dinâmico e permeado por mudanças, os mais variados profissionais precisam estar atentos e constantemente atualizados com as novidades que aparecem. Uma delas é o *home office*, modalidade de trabalho em que o empregado exerce sua função fora das dependências da empresa, não possui um horário rígido para cumprir nem a necessidade de comparecer ao escritório com regularidade.

De acordo com a Sociedade Brasileira de Teletreabalho e Teleatividades (Sobbrat), mais de 12 milhões de brasileiros trabalham em casa. Já a consultoria Robert Half divulgou recentemente que o Brasil figura na terceira posição entre os países que mais utilizam o trabalho remoto – como o *home office* também é conhecido –, ficando atrás apenas da China e de Cingapura. “Essa modalidade de trabalho é uma tendência crescente no mundo. Diante da realidade, principalmente nos grandes centros urbanos, passa a ser até uma necessidade”, considera o diretor de Educação da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH) Nacional, Luiz Edmundo Rosa.

De fato, o deslocamento de casa até o local de

trabalho nas grandes cidades se tornou mais difícil nos últimos anos, devido ao aumento da frota de veículos nesses centros e, conseqüentemente, aos habituais congestionamentos. Segundo o diretor da ABRH, atualmente o trabalhador brasileiro demora em média 40 minutos para chegar ao emprego.

### VANTAGENS

“Trabalhando em casa o profissional deixa de gastar com combustível ou com a tarifa da condução, não polui a cidade, se alimenta melhor e consegue equilibrar com mais facilidade a vida laboral e a pessoal, o que significa menos estresse e mais qualidade de vida. Além disso, as vantagens são favoráveis à própria empresa, que diminui os gastos com infraestrutura, como espaço para o funcionário no escritório e no estacionamento”, ressalta Luiz Edmundo Rosa.

Outro fator que torna o *home office* viável é a tecnologia. Com equipamentos portáteis, como *notebooks*, iPad, *tablets* e *smartphones*, conectados à internet, o funcionário pode trabalhar e produzir normalmente, enviando relatórios e demais documentos necessários para a empresa. “O trabalho remoto não necessariamente precisa acontecer na residência. É possível realizá-lo em um shopping, bar ou praça. O mais importante é a produtividade e o cumprimento de prazos”, destaca o gestor.

O diretor da ABRH ressalta, no entanto, que é preciso que o trabalhador esteja motivado e preparado para atuar remotamente. Neste sentido, de acordo com ele, é fundamental que o profissional passe por um processo de treinamento, a fim







de otimizar a disciplina, a organização e a administração do tempo.

Mesmo atuando na modalidade *home office*, o profissional precisa, de vez em quando, ir ao escritório e participar de reuniões com os demais membros da empresa que trabalham presencialmente. “Difícilmente um trabalho será 100% à distância. Os encontros presenciais, mesmo que flexíveis e em menor frequência, continuarão sendo necessários. Além disso, o ser humano é um ser social e precisa compartilhar – neste caso com a equipe de trabalho – as suas experiências, dificuldades, opiniões e resultados”, pondera Luiz Edmundo Rosa.

Conforme explica o gestor, o trabalho remoto pode ser flexibilizado: algumas funções da empresa podem ser operacionalizadas no formato remoto, bem como, alguns funcionários podem começar o dia trabalhando em casa e depois ir para o escritório ou sair da firma mais cedo e continuar com as suas atividades na residência.

O biomédico André Ricardo Moraes Pinheiro atua neste sistema. Ele é representante, em Belém, da BioMérieux Brasil S.A., empresa localizada no Rio de Janeiro. Por uma questão de praticidade há um ano e três meses ele prefere trabalhar nesse formato. “Só preciso de um computador, internet e celular. Além disso, eu mesmo posso fazer os meus horários. O mais importante é cumprir as metas e objetivos”, considera André Ricardo Pinheiro.

A rotina e os horários do representante da BioMérieux são maleáveis. Ele atende em casa e externamente, e entra em contato com clientes por telefone ou pessoalmente, dependendo da necessidade de cada produto. “Acredito que o *home office* é muito mais eficiente, porém não é para todo

mundo. Algumas pessoas não conseguem render o esperado se não forem pressionadas e cobradas diariamente na relação direta com o empregador”, sintetiza o biomédico.

Trabalhar em casa também é a opção do analista Fernando Gomes, que atua prestando serviços de desenvolvimento de sites e gerência de conteúdo. Para isso, ele montou em casa um escritório, no qual exerce parte das suas atividades profissionais. Lá ele conta com a ajuda de um profissional que contratou para ajudá-lo no atendimento aos clientes. “Trabalho desta forma há cinco anos. Uma das vantagens é não ter que se deslocar de casa diariamente, evitando assim os congestionamentos de Belém. Outro ponto positivo é poder ficar mais próximo da família”, diz o analista.

Atualmente, Fernando Gomes presta serviços para algumas empresas da cidade, bem como, para o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa). Ele cita o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) como uma etapa importante em sua trajetória profissional, devido aos cursos de qualificação que agregaram valor para a sua formação.

Mesmo atuando em *home office*, ele adota uma rotina. Nos dias em que trabalha em casa, o analista cumpre o horário das 9h às 12h e das 14h às 18h. Nos demais dias da semana Fernando visita clientes a fim de fazer o levantamento e o estudo das demandas. “Mesmo trabalhando de uma forma alternativa é preciso, sempre, ter comprometimento com os objetivos e prazos, cumprindo os acordos firmados com o cliente”, finaliza. ◀





# TRABALHADOR DA INDÚSTRIA, MATRICULE SEU FILHO NO SESI.



## REDE SESI DE EDUCAÇÃO

Educação Infantil e Ensino  
Fundamental

Informações:

[gerenciadeeducacao@sesipa.org.br](mailto:gerenciadeeducacao@sesipa.org.br)

Telefone: (91)4009-4921

## Geração SESI. O futuro é deles.



Uma iniciativa da Indústria Paraense



VOCÊ PODE

COLOCAR EM PRÁTICA

AQUELE PROJETO INOVADOR

DA SUA EMPRESA

COM O APOIO DO

**INOVA TALENTOS.**

**Inovação. A chave para a competitividade e desenvolvimento das indústrias e do país.**

O Programa INOVA Talentos é uma parceria IEL com o CNPQ, e tem o objetivo de desenvolver projetos de inovação nas empresas e institutos de PD&I privados. Se você é empresário, tem um projeto de inovação e precisa de apoio dos melhores profissionais para que esse projeto aconteça, saiba então que essa é a oportunidade que você não pode perder.

Acesse o site [www.inovatalentos.com.br](http://www.inovatalentos.com.br) e saiba como participar.

